THALES ISSA HALAH

**O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de
Legitimidade no Direito**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Ari Marcelo Solon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2018

THALES ISSA HALAH

**O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de
Legitimidade no Direito**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Ari Marcelo Solon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Halal, Thales Issa

O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de Legitimidade no Direito / Thales Issa Halal ; orientador Ari Marcelo Solon -- São Paulo, 2018.

225

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Legitimidade. 2. Direito. 3. Poder. 4. Autoridade. 5. Norma Fundamental. I. Solon, Ari Marcelo, orient. II. Título.

NOME: THALES ISSA HALAH

TÍTULO: O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de Legitimidade no
Direito.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade
de Direito da Universidade de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de Mestre em
Direito na área de concentração Filosofia e Teoria
Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Associado
Dr. Ari Marcelo Solon.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

São Paulo, ____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação de Mestrado só se tornou realidade porque no ano de 2014 um grande professor aceitou orientar-me pelos tortuosos caminhos que se apresentam a todos aqueles que ingressam na vida acadêmica. Agradeço imensamente ao Professor Ari Marcelo Solon pela oportunidade que me deu, pelas lições e conselhos que me foram passados e pela compreensão diante das minhas dificuldades. Não poderia encontrar um orientador mais culto e erudito que o senhor!

Também não poderia deixar de agradecer aos Professores Samuel Rodrigues Barbosa e Elza Antônia Pereira Cunha Boiteux pelos valiosos conselhos que me ofereceram durante o exame de qualificação e que possibilitaram não só o desenvolvimento desta Dissertação, como também o deste estudante.

Aos meus pais, André e Ivana, eu devo agradecer por tudo o que fazem diariamente por mim. Ambos são possuidores de um dom especial para educar, orientar, oferecer um ombro para desabafar, além de amarem-me incondicionalmente. Pai e mãe, eu também vos amo. Ensinar-me reiteradamente que a única coisa que não se pode tomar do homem é o conhecimento e, com isso, fizeram com que eu me tornasse alguém que buscou e busca no conhecimento uma forma de libertação. Eu não seria nada sem vocês.

Aos meus irmãos, Lucas e Leonardo, eu tenho que agradecer pelo amor e pela amizade incondicionais que permeiam as nossas vidas. Exemplos de caráter e retidão, nunca pouparam esforços para me ajudar nas diversas intempéries da vida, dar conselhos, corrigir este trabalho e até mesmo dar nós de gravata. Choro só de pensar na sorte que tive de tê-los como irmãos. Jamais escolheria outros.

Tenho ainda que agradecer aos meus avós maternos, Ivone e Antoun, exemplos de perseverança e simplicidade. Ao meu avô, que há muito se foi, gostaria de ter com ele compartilhado um pouco mais de tempo para escutar suas inúmeras histórias de um imigrante libanês que veio ao Brasil em busca de esperança. À minha avó, eu só posso dizer que é a pessoa mais doce que eu pude conhecer.

Agradeço também aos meus avós paternos, Therezinha e Said, exemplos de reciprocidade, dedicação e superação. À minha avó, agradeço pelo imenso amor que tem por

mim e que se manifesta diariamente. Sobre o meu avô eu só posso falar que ele é a fonte de inspiração de tudo o que fiz e faço. Imbatível advogado, defensor daqueles que são diuturnamente oprimidos por essa sociedade que é feita especialmente para uns triunfarem através da desgraça de muitos, Dr. Said é, talvez, o último espécime de um tipo de advogado que busca incessantemente, através de sua profissão, transformar e melhorar o mundo à sua volta.

Faço também aqui um agradecimento mais do que especial à família Moleiro Franci, ao senhor Ivo, dona Lilian, André e Fábio, família que me acolheu como se fosse um filho quando eu precisei ir para São Paulo para cursar as matérias da Pós-Graduação. Ao Fábio, especialmente, que é um irmão que a faculdade me deu, ávido leitor, e que tem um coração do tamanho do mundo. Vocês estão no meu coração.

Aos outros irmãos que eu ganhei na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Cesar, Matão, Ivo, Victor, Saulo, Luísa, agradeço pelas risadas e por encontrar em vocês bons corações.

Também não poderia me esquecer de outros dois irmãos que a faculdade me deu. Bruno Cicconi, inicialmente amigo de meu irmão mais velho, mas que se tornou um amigo de toda a família e que é detentor de um intelecto que poucas vezes vi em minha breve vida. Obrigado por ser um amigo tão presente. André Coletto, um irmão que ganhei quando entrei na faculdade junto com o meu irmão mais novo, homem de grande coração, amigo para todas as horas. Obrigado por nossa amizade fraternal.

Por fim, eu queria fazer um agradecimento especial aos meus queridos amigos Sidney Avelino dos Santos e Gustavo Bonugli, pessoas especiais e que, dentre outras tantas pessoas, me ajudaram a superar as minhas limitações físicas e fizeram eu perceber a força interior que eu tenho dentro de mim. Não tem um dia sequer que eu não lembre de vocês e não haverá. Vocês me deram autonomia e possibilitaram a minha liberdade. Não há palavras para expressar a minha gratidão a vocês dois.

RESUMO

HALAH, Thales Issa. **O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de Legitimidade no Direito**. 2018. 225 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Quem perquire sobre o tema da legitimidade na teoria jurídica depara-se inevitavelmente com a questão sobre a fundamentação do Direito. Vê-se, então, diante de um problema decorrente da inextinguível relação existente entre Direito e Poder. Neste diapasão, a presente Dissertação parte de um problema evidenciado com contornos mais expressivos na *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen, qual seja, aquele decorrente da solução intentada com a postulação de uma Norma Fundamental, que busca afastar-se tanto de uma explicação metafísica para fundamentar o Direito quanto da crua identificação entre este e o puro Poder, e tenta, a partir do arcabouço teórico fornecido por Hannah Arendt com as discussões sobre o conceito de Autoridade e também sobre a capacidade humana para julgar, dar uma contribuição para a discussão sobre o tema da legitimidade na Teoria do Direito. Quer-se aqui, portanto, através dos escritos arendtianos, vislumbrar como a teoria da Norma Fundamental kelseniana, que, por um lado, foi atacada por não ser diferente de uma solução jusnaturalista e, por outro, acusada de não ter superado a armadilha positivista de derivar o Direito de um fato, poderia se esquivar de tais ataques e se afirmar como uma teoria que rejeitou a metafísica para explicar o Direito e recusou identificá-lo com o Poder, pois isso significaria relevar o problema da legitimidade. Com Hannah Arendt, autora que tentou de todas as formas restaurar a dignidade humana e alçar os homens, em toda a sua pluralidade, à condição de protagonistas neste mundo, entende-se ser possível pensar o tema da legitimidade superando a aporia na qual Kelsen se viu preso.

Palavras-chave: Legitimidade; Direito; Poder; Autoridade e Norma Fundamental.

ABSTRACT

HALAH, Thales Issa. **The Concept of Authority for Hannah Arendt as Factor of Legitimacy in Law**. 2018. 225 p. Master's Degree. Faculty of Law, University of São Paulo, 2018.

Those who inquire into the issue of legitimacy in Legal Theory will inevitably come across the problem of the grounding of Law, and will realize that they are facing a problem that arises from the inextinguishable relation between Law and Might. This is what this Dissertation seeks to address, departing from a problem drawn with more expressive lines in Hans Kelsen's *Pure Theory of Law* – i.e., the problem caused by Kelsen's proposed solution of assuming a Basic Norm (*Grundnorm*), in an attempt to move away both from a metaphysical grounding of Law as from the raw equalization of Law and pure Might. We will attempt, by using the theoretical resources provided by Hannah Arendt in her treatment of the concept of Authority and also of the human ability to judge, to contribute to the discussion regarding the matter of legitimacy in Legal Theory. Therefore, the purpose of this work is, through the Arendtian writings, to glimpse on how Kelsen's Basic Norm theory – which was attacked, from one side, for not being any different than a natural law solution, and from the other side, for not having successfully avoided the positivist trap of deriving Law from a fact – could dodge said criticisms and affirm itself as a theory that rejected metaphysics as an explanation of Law and also refused to identify Law with Might, as this would have implied the neglect of the legitimacy problem. With Hannah Arendt, a thinker who made every attempt to restore human dignity and raise men, in all their plurality, to the condition of protagonists in this world, we deem it possible to think the problem of legitimacy overcoming the dilemma that seems to have afflicted Kelsen.

Key words: Legitimacy; Law; Might; Power; Authority and Basic Norm.

ZUSAMMENFASSUNG

HALAH, Thales Issa. **Der Begriff von Autorität für Hannah Arendt als Legitimitätsfaktor im Recht**. 2018. 225 p. Dissertation. Rechtswissenschaftliche Fakultät, Universität von São Paulo, 2018.

Wer in der Rechtstheorie nach dem Thema der Legitimität fragt, sieht sich zwangsläufig der Frage der Rechtsgrundlage gegenübergestellt. Man sieht sich also vor einem Problem, das sich aus der unerschöpflichen Beziehung zwischen Recht und Macht ergibt. In diesem Sinn geht die vorliegende Dissertation von einem Problem aus, das in der *reinen Rechtslehre* von Hans Kelsen mit ausdrucksvolleren Konturen erscheint, das heißt, dieses, welches sich aus der Lösung ergibt, die mit der Postulierung einer Grundnorm vorgeschlagen wurde, die sich sowohl von einer metaphysischen Erklärung wegbewegt, um das Recht zu begründen, als auch von der grobe Identifikation zwischen ihm und der reinen Macht abzuweichen versucht, und aus dem Hannah Arendts theoretischer Rahmen bezüglich der Diskussionen über den Begriff von Autorität und auch über die menschliche Urteilskraft versucht, einen Beitrag zur Diskussion über das Legitimitätsthema in der Rechtstheorie zu liefern. Was hier beabsichtigt wird, ist, durch die Arendtischen Schriften zu errahnen, wie die Theorie der Kelsenschen Grundnorm, die einerseits angegriffen wurde, weil sie sich nicht von einer naturrechtlichen Lösung unterscheidet, und andererseits beschuldigt wurde, die positivistische Falle nicht überwunden zu haben, das Recht aus einer Tatsache abzuleiten, solchen Angriffen ausweichen und sich als eine Theorie durchsetzen könnte, welche die Metaphysik ablehnte, um das Recht zu erklären, und sich weigerte, es mit der Macht zu identifizieren, da dies das Problem der Legitimität entlasten würde. Mit Hannah Arendt, einer Schriftstellerin, die in jeder Hinsicht versucht hat, die Menschenwürde wiederherzustellen und die Menschen in ihrer ganzen Vielfaltigkeit zu den Hauptdarstellern dieser Welt zu erheben, wird geglaubt, dass es möglich sei, das Legitimitätsthema zu denken, um die Aporie, in der Kelsen sich eingebunden sah, zu überwinden.

Schlüsselwörter: Legitimität; Recht; Macht; Autorität und Grundnorm.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
1.1. A Colocação do Problema da Legitimidade.....	16
1.2. O conceito de autoridade	24
1.3. Aspectos Metodológicos	28
1.4. O Caminho a ser percorrido nesta Dissertação	30
CAPÍTULO II - O CONCEITO DE AUTORIDADE EM HANNAH ARENDT	34
2.1. A Origem Romana.....	34
2.2. A Relação entre os Conceitos de Autoridade e de História	43
2.3. Os Pressupostos do Conceito	46
2.3.1. O Desenvolvimento Platônico	49
2.3.2. A Inflexão Aristotélica.....	56
2.4. A Igreja Católica como Herdeira de Roma.....	59
2.5. As Consequências da Secularização	61
2.5.1. A Perda do Fundamento de Mundo.....	61
2.5.2. Da Transcendência à Imanência	65
2.5.3. A Perda da Tradição	69
2.6. Algumas Conclusões.....	81
CAPÍTULO III - A FACULDADE DE JULGAR E A BUSCA POR SENTIDO	89
3.1. Uma Recapitulação.....	90
3.2. O Mundo das Aparências e a Vida do Espírito	96
3.2.1. O Mundo das Aparências.....	96
3.2.2. A Vida do Espírito e o Pensar	100
3.3. Pensar Criticamente e Julgar	107
3.4. O Juízo Estético	114
3.5. A Operação da Faculdade de Julgar	122

3.6. Algumas Ponderações	127
3.7. Uma Palavra antes do Próximo Capítulo.....	133
CAPÍTULO IV - A LEGITIMIDADE NA TEORIA DO DIREITO	143
4.1. Uma introdução ao problema da legitimidade no Direito	143
4.1.1. Entre Absolutismo e Relativismo	143
4.1.2. O Fenômeno da Duplicação	146
4.1.3. A Superação do Fenômeno da Duplicação	155
4.2. A <i>Teoria Pura do Direito</i> e o problema da validade	158
4.2.1. Os pressupostos de uma teoria que se pretende pura	158
4.2.2. O Direito e a Questão da Validade na Teoria Pura do Direito	162
4.2.3. A Norma Fundamental	166
4.2.4. Os problemas com o fundamento de validade	169
4.2.5. A Norma Fundamental na <i>Teoria Geral das Normas</i>	173
4.3. A <i>Teoria Pura do Direito</i> como uma teoria democrática do Direito	174
4.3.1. Mais uma vez entre Absolutismo e Relativismo	175
4.3.2. Os Pressupostos de uma Democracia	177
4.3.3. A Adoção de uma Justiça Relativa.....	181
4.4. A questão da Legitimidade na teoria da Norma Fundamental.....	184
EPÍLOGO	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

“Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.”¹

"Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas."²

¹ ROSA, João Guimarães. “O Espelho”. In: ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

² ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Edição Comemorativa dos 50 anos da obra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 378.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Uma folha de papel e uma caneta nem sempre se prestam a elucidar e esclarecer aquilo que está em nossas mentes a nos atormentar e pedir constantemente para ver a luz do dia. Muitas vezes a folha de papel só serve mesmo para mostrar o quanto nós ainda temos que pensar, o quanto ainda somos ingênuos, ou ainda o quanto somos arrogantes em nossas afirmações, pois aquilo que parece claro e certo em nossas cabeças, em nossos pensamentos, ao se materializar em tinta no papel, pode se mostrar confuso e incompleto, quando não sem sentido.

No entanto, isso não significa que devemos deixar a folha de papel em branco. Significa apenas que não devemos confiar somente em nossos primeiros pensamentos e em nossas primeiras impressões. Devemos, pois, estressar cada palavra que vem às nossas cabeças, lendo incessantemente até a exaustão. Devemos, de fato, testar todas as ideias que surgem em nossas mentes como se fossem a solução de todos os problemas do mundo, contrapondo-as às ideias dos outros, às ideias daqueles que outrora pensaram sobre as mesmas questões que nos vêm à mente, buscando, com isso, um pouco de consistência em meio a tanta aparência e ilusão. Só assim poderemos ter um indício de que pensamos algo significativo e, com isso, transpor esses pensamentos para uma folha de papel, materializando-os.

E embora seja muito difícil traduzir em palavras aquilo que se pensa, pois, ao contrário da língua e das palavras, não existem barreiras para o pensamento, há maneiras de facilitar esta tarefa. E talvez o primeiro passo para podermos escrever, de fato, sobre um tema consiste, precisamente, na delimitação do assunto sobre o qual se pretende debruçar e estudar. Assim, em uma Dissertação de mestrado cujo título é “O Conceito de Autoridade para Hannah Arendt como Fator de Legitimidade no Direito”, percebemos logo de início que aqui será tratado do tema da legitimidade no Direito e, para tratar deste tema, buscaremos no conceito de autoridade analisado por Hannah Arendt inspiração e caminhos para pensar o problema da legitimidade na Teoria do Direito.

1.1. A Colocação do Problema da Legitimidade

Como o tema central desta Dissertação está na questão da legitimidade, a primeira pergunta que deve vir à tona é: mas por que estudar o tema da legitimidade no Direito? A justificativa para a escolha do tema desta Dissertação está vinculada a uma grande frustração surgida ainda no primeiro ano de faculdade, ano em que somos expostos à *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen e nos deparamos com o problema da validade da norma e do ordenamento jurídico.

Este problema é, como veremos no capítulo especialmente dedicado a este autor, em grande medida, um problema sobre a gênese do Direito enquanto organização social que regula as mais variadas condutas humanas e, portanto, sobre o poder que cria o Direito, pois levanta a questão sobre o que faz com que um ato de vontade humana, um ato de poder, que instaura um corpo jurídico-político, seja visto como uma ordem jurídica e não como uma relação de dominação entre aquele instaura tal ordem e aqueles que a ela se submetem.

Tal questão é especialmente levantada na *Teoria Pura do Direito*. Isso porque Kelsen, em primeiro lugar, rejeita toda e qualquer fundamentação metafísica do Direito, pois entende que a postulação de uma esfera supraterrânea para fundamentar o Direito não pode ser racionalmente comprovada e, além disso, presta-se tão somente ao exercício da dominação. Em segundo lugar, Kelsen também rejeita a crua identificação entre o Direito e o Poder, buscando, destarte, afastar-se tanto de uma vertente jusnaturalista quanto de uma vertente do chamado Realismo jurídico.

A maneira como Kelsen nos coloca o problema da validade do Direito em sua teoria, buscando afastar tanto as fundamentações metafísicas, quanto a identificação crua entre Poder e Direito, leva-nos, então, a perquirir sobre o que torna um Direito válido, o que faz com que um determinado corpo de normas seja visto pelos seus destinatários como Direito. Isso porque se o Direito não pode ser fundamentado em bases metafísicas, ou seja, não pode ser fundamentado em uma instância sobre-humana, e não pode ser identificado com o Poder simplesmente, mas expressa, em linguagem jurídica, as relações de poder existentes em uma dada sociedade, o que faria com que os destinatários enxergassem uma ordem jurídica como propriamente Direito e não como a manifestação expressa das relações de poder e de dominação existentes em uma dada sociedade?

Ao entendermos, portanto, que o Direito expressa, de diversas maneiras, relações de poder e dominação existentes em uma sociedade, mas que não se confunde simplesmente com tais relações, somos levados a formular as perguntas que conduzirão este trabalho: o que leva os destinatários de uma ordem jurídica, os quais podem ter concepções diferentes e divergentes acerca do que seja o Direito, acerca do seu significado, a obedecerem-na e, além disso, reconhecerem-na como uma ordem jurídica válida? O que faz com que os destinatários aceitem sem demonstrar descontentamento uma ordem que regula as mais variadas condutas humanas, determinando quem pode e quem não pode fazer algo, quem deve e quem não deve fazer algo, determinando, assim, quais os significados jurídicos relevantes para solucionar as contendas que surgem dentro de um Estado e que devem ser por este resolvidas? Assim, deve-se perguntar quais seriam os pressupostos, então, a partir dos quais poderiam os destinatários de uma ordem jurídica reconhecerem-na como legítima.

Para que possamos tentar responder as perguntas acima colocadas, julgamos que o estudo do problema da legitimidade no Direito seria capaz de fornecer caminhos para que aqueles que se interessam pelos problemas atinentes à fundamentação de um corpo jurídico-político possam se engajar em uma atividade compreensiva acerca do tema. Bom, mas no que consistiria a noção de legitimidade?

De acordo com João Maurício Adeodato, a noção de legitimidade, tomada como um traço comum entre os mais variados enfoques dados pelo pensamento político e suas práticas da civilização ocidental, pareceria consistir em uma tentativa de justificação de um determinado tipo de ação política, estabelecendo uma ligação entre as expectativas dos destinatários e determinada orientação na condução de um corpo político. Ora, como quem exerce o poder de condução seria uma minoria em relação àqueles que obedecem aos comandos dos detentores do poder, seria preciso que estes fossem convencidos de que não haveria necessidade do constante uso da força como forma de manutenção da convivência. Destarte, a noção de legitimidade desempenharia um papel no sentido de fazer desnecessário o uso da força para se alcançar a obediência dos destinatários de uma ordem jurídico-política. Além disso, este papel mostrar-se-ia importante porque toda decisão em relação aos rumos a serem tomados na política seria, de certa forma, arbitrária, quer dizer, toda decisão tomada faria um corte entre diversas alternativas, escolhendo uma e excluindo todas as outras, fazendo com que muitos destinatários ficassem insatisfeitos com determinadas decisões, pois estas poderiam não representar as suas preferências e visões de mundo. Assim, entende Adeodato que a noção de legitimidade poderia ser encarada como um termômetro indicador

da adequação ou não entre o que os destinatários das normas jurídicas esperariam e desejariam e o que efetivamente seria decidido pelos detentores do poder político. Com isso, problematizar o tema da legitimidade teria o significado de examinar as bases sobre as quais o Direito e a Política sustentar-se-iam.³

Ora, o problema da legitimidade seria, pois, um problema decorrente da própria vida humana em sociedade, que é invariavelmente composta por uma pluralidade de homens, os quais, por se situarem em posições diversas no espaço e vivenciarem experiências de vida diferentes, podem apresentar visões e concepções de mundo diferentes e antagônicas.⁴ Com isso, se partirmos do pressuposto de que as pessoas podem ter compreensões diversas e até mesmo contrárias sobre o que seja certo e errado, sobre o que seja justo e injusto, sobre o que seja, de fato, o Direito, como seria possível a convivência humana sem o uso da força e da violência para exercer a dominação de uns sobre os outros, isto é, como seria possível a convivência entre diversas concepções e visões de mundo sem que uma tente se afirmar como superior e busque suprimir as demais concepções?

Em artigo intitulado *Nomos and Narrative*, Robert Cover, brilhante jurista americano precocemente falecido na década de 1980, afirma que todos nós habitaríamos um universo normativo, denominado por este autor de *nomos*, no qual criaríamos e manteríamos constantemente um mundo acerca do que fosse certo e do que fosse errado, sobre o que seria direito e o que não seria, sobre o que seria válido e inválido, sendo que nenhum conjunto de instituições legais poderia ser separado das narrativas que as permeassem e a elas dessem o seu significado. Um universo normativo surgiria, assim, de um corpo de preceitos e narrativas, um modo comum e pessoal de ser educado dentro deste corpo e um sentido

³ E o tema da legitimidade ganharia especial relevância a partir da chamada Idade Moderna e o declínio do Absolutismo, pois com a decadência de um tipo de governo que se baseava na autoridade fornecida pela Igreja Católica, assevera Adeodato, surgiriam questionamentos acerca da necessidade de um poder buscar um fundamento externo para tentar se sustentar, fosse este fundamento de natureza divina ou racional, por exemplo. Surgiriam, destarte, questionamentos sobre a possibilidade de se aferir e obter legitimidade sem se socorrer de uma fundamentação dotada de elementos exteriores à própria relação de poder. ADEODATO, João Maurício. **O Problema da Legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, pp. 1-3.

⁴ É neste sentido que Hans Kelsen considera que o problema da sociedade tomado como um objeto do conhecimento científico seria, originalmente, o problema da determinação de uma ordem justa que regulasse os relacionamentos humanos. KELSEN, Hans. **General Theory of Law and State**. Tradução: Anders Wedberg. Cambridge: Harvard University Press, 1949, p. 391. Arendt afirma em *A Promessa da Política* que a política ocupar-se-ia, precisamente, da coexistência e da associação de homens diferentes. Assim, os homens organizar-se-iam politicamente segundo certos aspectos comuns essenciais que seriam descobertos em um caos absoluto de diferenças ou dele se abstrairiam. ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Miguel Serras Pereira. 1ª Edição. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007, p. 83.

normativo a partir dos significados compartilhados, criando um mundo de forte significado normativo.⁵

Contudo, o significado do Direito em um Estado nunca seria único. Diferenças no significado do Direito brotariam das diferenças existentes entre os credos, da identidade de cada comunidade, enfim, da própria pluralidade humana. No entanto, à medida que se desintegrasse o significado de um *nomos*, de um determinado universo normativo, criando novos significados, procuraríamos manter uma parcela de coerência em meio à proliferação de significados, afirma Cover. Assim, o fato de haver uma multiplicidade de significados levar-nos-ia a um modo imperial de manter o mundo, que poderia hoje ser representado pelo moderno Estado-Nação, por meio do qual exerceríamos um rígido controle social sobre os habitantes, buscando suprimir as diferenças de significados normativos existentes em cada comunidade. Haveria, então, uma diferenciação entre aquilo que poderíamos chamar de Direito enquanto significado e Direito enquanto organização social. Cover entende, com isso, que os preceitos que chamaríamos de Direito seriam marcados pelo controle social sobre sua proveniência, seu modo de articulação e seus efeitos. Desse modo, o Estado criaria uma hierarquia de normas e instituições visando o exercício do controle social, suprimindo muitas das características peculiares dos *nomoi* existentes no interior do Estado.⁶

Ora, ao percebermos que o Estado, símbolo do Direito enquanto organização social, buscaria exercer um controle dos diversos significados existentes em uma sociedade marcadamente plural, de modo a se sustentar e sobreviver, é mais do que válido voltarmos à pergunta que será o *leitmotiv* do presente trabalho: o que faria com que uma ordem jurídica

⁵ Destarte, para este autor, a criação de um mundo normativo dar-se-ia através da combinação de um *corpus juris*, de uma narrativa que permeasse este *corpus* e desse-lhe significado, e os cometimentos interpessoais daqueles que habitassem a comunidade. O Direito deveria ser dotado de significado no sentido de que ele deveria permitir a aqueles que vivessem juntos expressarem-se através do Direito e com respeito ao Direito. COVER, Robert M., "The Supreme Court, 1982 Term -- Foreword: Nomos and Narrative" (1983). **Faculty Scholarship Series**. Paper 2705, pp. 4-14. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2705.

⁶ Todavia, as narrativas que criam e revelam os padrões de compromisso, resistência e compreensão seriam radicalmente incontroláveis. Isso porque não estariam submetidas a nenhum tipo de hierarquia formal, centralizada, a nenhum padrão necessário de concordância. Um preceito dotado de autoridade poderia até ter um caráter nacional, mas o significado de qualquer texto legal seria sempre contestado, uma vez que ele seria condicionado pelas diversas e diferentes tradições narrativas presentes dentro do Estado. Por essa razão, Robert Cover irá nos dizer que haveria uma dicotomia radical entre aquilo que chamamos de organização social do Direito enquanto Poder e o Direito enquanto significado. Esta dicotomia, que se manifesta nas mais diversas ramificações populares, seria visível particularmente em uma sociedade liberal que se recusasse a exercer um controle sobre as narrativas das diversas comunidades normativas que a compõem. Destarte, o incontrolável caráter do significado do Direito exerceria uma influência que desestabilizaria o Direito enquanto Poder. COVER, Robert M., "The Supreme Court, 1982 Term -- Foreword: Nomos and Narrative" (1983). **Faculty Scholarship Series**. Paper 2705, pp. 14-17. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2705.

estatal, que buscasse constantemente suprimir as concepções e visões de mundo de muitos de seus destinatários, fosse reconhecida por estes como uma ordem jurídica válida? É esta pergunta que está no cerne da questão da legitimidade.

Neste diapasão, Adeodato situa a legitimidade como uma qualidade que se atribuiria ao poder, de modo que a realidade deste não seja constantemente posta em xeque pelos seus destinatários. No entanto, embora fosse possível dizer que a noção de legitimidade estaria entrelaçada à noção de poder, não seria possível confundi-las e nem dizer que o poder não existiria sem uma fonte de legitimidade, sendo perfeitamente possível a existência de um poder puro e simples, ilegítimo por assim dizer, ainda que a sua perenidade estivesse ameaçada. A legitimidade carregaria consigo, então, uma conotação de desejabilidade, isto é, seria positivamente valiosa em relação ao poder, mostrando-se preferível um poder legítimo a um ilegítimo.⁷ E seria preferível porque, ao evitar que a realidade do poder seja colocada constantemente em xeque, colocando sua própria existência em dúvida, traria a esta realidade uma estabilidade e uma perenidade desejosa àqueles que exercessem o poder.

A noção de legitimidade agiria, deste modo, dentro do chamado modo imperial de manter o mundo, de sorte que os múltiplos significados normativos existentes dentro de um Estado não o levassem à completa desintegração, fazendo com que as mais diferentes visões e concepções de mundo habitassem um mesmo espaço. Mas se a noção de legitimidade levaria à convivência entre diversos credos e visões de mundo, isto implicaria no fato de que um poder legítimo não buscaria a sua manutenção através da supressão das vozes que lhe fossem contrárias, usando da força e violência para tanto. Pelo contrário, um poder legítimo buscaria mostrar às vozes divergentes que vivessem sob sua guarda que haveria uma justificativa plausível para a sua existência. Nesta esteira, diz Tercio Sampaio Ferraz Jr. que um poder que não fosse percebido por aqueles a quem ele se dirigiria seria, de todos, o mais perfeito.⁸ Com isso, um poder dotado de legitimidade almejaria esta perfeição na medida em que tentasse passar despercebido por entre os seus destinatários.

Consistindo ou assemelhando-se, então, a noção de legitimidade a um tipo de justificação do poder e da ação política, o estudo da legitimidade de um poder e, conseqüentemente, do Direito decorrente deste, poderia se dar, pois, através do estudo da

⁷ ADEODATO, João Maurício. **O Problema da Legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 19.

⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito: Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 2.

crença nas formas pelas quais o Poder e o Direito se expressam.⁹ Não se trata, portanto, de perguntar nesta Dissertação quais deveriam ser os parâmetros corretos para uma decisão, ou o que seria a melhor decisão, ou até mesmo a decisão correta. Isso porque aquilo que se consideraria como a melhor decisão estaria intimamente relacionado à crença dos destinatários na legitimidade de um corpo jurídico-político. Estudar a crença, assim, não seria estudar qual o melhor Direito. Trata-se, por assim dizer, de estudar o reconhecimento das decisões de quem detém o Poder,¹⁰ ou seja, estudar o que faz com que um determinado corpo jurídico-político seja reconhecido como legítimo e outro como ilegítimo pelos seus destinatários.

Como podemos ver até aqui, é entre estes dois complicados e complexos fenômenos, Poder e Direito, que vivem eternamente entrelaçados, que o tema da legitimidade se insere, e a sua relevância para o estudo do jurista torna-se evidente, por exemplo, na medida em que este lida diariamente com a análise de leis e decisões as quais, ao mesmo tempo em que podem conferir direitos a determinadas pessoas e grupos sociais, podem também oprimir e suprimir a vida de muitas outras. Ao mesmo tempo em que o Direito tem a capacidade de declarar que determinada pessoa tem direito a receber uma determinada soma em dinheiro de outrem, que outra tem direito à propriedade de determinada coisa, ou que alguém pode realizar um determinado ato em desfavor de outrem, este mesmo Direito é plenamente capaz de declarar que um determinado grupo de pessoas não pode ocupar um determinado espaço, pois este pertenceria a uma determinada pessoa que não faz nenhum uso dele, ou que determinada pessoa deve ser presa em razão de um delito cometido.

Essas características fazem com que nós enxerguemos, de maneira límpida, o Direito não como algo estranho e incompatível com o Poder. Pelo contrário, o Direito, reitera-se, através de suas estruturas, expressa o Poder de determinados sujeitos sobre os demais, o que não significa, pois, dizer que o Poder só se expressaria através do Direito e nem dizer que haja uma identificação entre um e outro. Significa apenas que, para o jurista, o que é relevante é a específica expressão do Poder através do Direito, e não quaisquer outras manifestações do fenômeno do Poder em uma dada sociedade.

⁹ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 332.

¹⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito: Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 58.

Consequentemente, por entendermos que existe uma relação inextinguível entre Poder e Direito, sendo este um meio através do qual o Poder expressar-se-ia, será de preceito, portanto, a nossa rejeição daquelas teses jurídicas que encaram o Poder como um fato extrajurídico que atuaria na criação do Direito, mas que esgotaria a sua atuação tão logo surgisse o Direito. Não! Não é possível deixar de olhar para o fenômeno do Poder toda vez que olharmos para o fenômeno jurídico.

É neste sentido, por exemplo, que o mesmo Robert Cover, em outro artigo intitulado *Violence and the Word*, assevera que a interpretação do Direito ocorreria sempre em um campo de dor e morte, visto que o ato de interpretar sinalizaria e realizaria a imposição de violência aos outros. Destarte, diz que um juiz, ao articular sua compreensão de um texto legal, pode fazer com que alguém perca sua liberdade, sua propriedade, seus filhos e até sua vida. Ao terminarem seus trabalhos, diz que aqueles que proferiram uma determinada decisão ou promulgaram uma determinada lei muitas vezes deixam para trás vítimas cujas vidas foram destruídas por essas práticas sociais organizadas de violência. Assim, entende este autor que nem o Direito (o autor fala especificamente na interpretação legal, mas entendemos ser perfeitamente extensível a todo o Direito) nem a violência por ele realizada poderiam ser devidamente compreendidos separados um do outro.¹¹

Ao percebermos que o fenômeno jurídico lida constantemente com questões que conferem direitos e poderes a determinados sujeitos e restringe e emascula outros, poderíamos falar que o Direito seria um fenômeno que não só serviria para regular a conduta daqueles a quem ele se dirigisse e permitir a convivência entre os homens, mas também prestar-se-ia a exercer dominação de uns sobre os demais, funcionando, dessa forma, como um instrumento de manutenção de um determinado *status quo* que privilegia uma determinada parcela de seus destinatários.¹²

¹¹ COVER, Robert M., "Violence and the Word" (1986). **Faculty Scholarship Series**. Paper 2708, p. 1.601. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2708.

¹² Para exemplificar e ressaltar as características citadas acima, vejamos, por exemplo, a grave e complexa crise pela qual a Espanha e a região da Catalunha passam. No momento em que escrevemos esta introdução, a Catalunha luta pelo direito de se declarar independente do Estado espanhol, submetendo à população catalã a um referendo perguntando sobre a vontade de declarar-se independente do resto da Espanha. Esta, que se diz um Estado democrático e afirma a igualdade e liberdade de todos os seus cidadãos, ao perceber o movimento separatista catalão, buscou e busca reprimir a população daquela região, de modo a impedir, de todas as maneiras, o eventual sucesso do movimento separatista, chegando a afirmar que não reconheceria qualquer declaração unilateral de independência da Catalunha do resto da Espanha. Percebemos, então, como um Estado dotado de uma constituição e de uma legislação democrática busca suprimir e calar as vozes que divergem da sua, usando da repressão policial para evitar a perda do domínio que possui sobre a região da Catalunha, sem sequer ouvir a vontade da população daquela Região. Neste exemplo, fica mais do que evidente como o simples

Se a noção de legitimidade consiste, pois, em um tipo de justificação e se o seu estudo pode se dar através do estudo da crença nas formas pelas quais o Poder e o Direito se expressam, o cerne da questão acerca da legitimidade no Direito estaria invariavelmente relacionado a um problema que existe desde tempos imemoriais e do qual não se tem notícia de que alguém o tenha solucionado. A questão da legitimidade no Direito está umbilicalmente vinculada ao chamado problema da justiça, embora não seja possível dizer que ambas se confundam. Talvez seria possível e prudente dizer, no máximo, que o tema da legitimidade relacionar-se-ia com uma justiça que fosse deste mundo e, por isso, humana, mas não com uma justiça dita absoluta, supraterrena, pois legítimo seria aquilo que fosse reconhecido como tal pelos destinatários de uma determinada ordem, o que não significaria dizer que os destinatários só reconheceriam uma ordem justa em termos absolutos.

Feita esta breve introdução, deve ficar claro para o leitor, de uma vez por todas, que nesta Dissertação partiremos do pressuposto de que o Direito, entendido este como ordenamento jurídico estatal e não como significado, seria uma das formas pelas quais o poder político manifestar-se-ia. Por expressar relações de poder, seria própria do Direito a existência de relações de dominação, estando o cerne da discussão acerca da legitimidade na pergunta sobre a razão de os destinatários de uma ordem jurídica reconhecerem-na como uma ordem jurídica legítima, quer dizer: o que faria com que os destinatários não vissem a ordem jurídica sob a qual vivessem como um simples feixe de relações de poder que deixariam claro a existência de uma relação dominação?

Ademais, se estamos partindo do pressuposto de que o Direito expressaria, através de suas estruturas, certas relações de poder, o estudo do tema da legitimidade no Direito deverá se dar, precisamente, no ponto de contato existente entre Direito e Poder, isto é, no local onde não seria mais possível falar em poder simplesmente e se passaria a falar em termos de ordenamento jurídico. Destarte, a discussão acerca do tema da legitimidade no Direito aqui, deverá se dar a partir do ponto em que seria criado um corpo jurídico-político.

Ora, se estudaremos o tema da legitimidade no Direito a partir da criação de um determinado corpo jurídico-político, a sua análise não poderia se restringir simplesmente aos

som das vozes que se levantam contra o Estado dominador faz com que o Leviatã desperte de seu eterno sono leve e mostre a todos os seus inimigos a sua ira. Não podemos ainda esquecer que a declaração de independência da região da Catalunha serviria de catalisador em movimentos separatistas existentes em outras regiões da Espanha, como por exemplo a região do País Basco. Além disso, até mesmo outros Estados não enxergam com bons olhos o movimento separatista catalão, pois temem pela sua própria integridade e unidade estatal.

seus aspectos jurídicos, sob pena de obtermos um resultado insuficiente para compreendermos um tema tão complexo como é o da legitimidade. Começaremos, então, estudando-o a partir de uma perspectiva da teoria política para, depois, podermos analisar o tema propriamente do ponto de vista da Teoria do Direito.

Dito isto, é importante esclarecer que como o tema desta Dissertação despertou para este estudante a partir da leitura da *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen, e como este rejeitou tanto as fundamentações de cunho metafísico-religioso quanto a identificação crua entre Direito e Poder, mas se viu preso a esta dicotomia, pretendemos estudar o tema de modo a tentar superar esta dicotomia.

Ademais, se foi a *Teoria Pura do Direito* que levou este estudante à frustração, seria um tanto quanto contraditório abandonar o objeto de frustração para tentar compreender o tema aqui proposto. Por isso, não abandonaremos a teoria kelseniana. Ao invés disso, tentaremos encontrar nela pistas que permitiriam que ela própria superasse a dicotomia em que se viu presa, demonstrando, então, que se trataria de uma dicotomia apenas aparente aos nossos olhos.

No entanto, antes que analisemos o trabalho kelseniano para abordarmos o tema da legitimidade no Direito, será nosso mister voltar nossos olhos para o problema da legitimidade a partir de uma perspectiva política, para só depois analisarmos de um ponto de vista jurídico. Para tanto, utilizaremos do arcabouço teórico fornecido pela teórica política Hannah Arendt (era assim que ela gostava de ser chamada), e a escolha de utilizarmos esta autora não é completamente arbitrária, quer dizer, há uma boa justificativa por trás dela. Mas qual seria ela?

1.2. O conceito de autoridade

A justificativa na escolha de Arendt como referencial teórico para se estudar o tema da legitimidade encontra-se no fato de entendermos que ela abordou tal temática de um ponto de vista que buscaria, assim como Kelsen, a superação da dicotomia existente entre a fundamentação de um corpo jurídico-político em bases metafísicas e a identificação nua e crua entre Direito e Poder. Destarte, em Arendt entendemos que o caminho para a ação humana legítima no âmbito da política estaria localizado nos próprios seres humanos, e não

em alguma instância metafísica, tampouco em uma identificação do legítimo com aquilo que fosse efetivo.

Ademais, entendemos que a sua abordagem sobre o tema da legitimidade partiria da análise do fenômeno da autoridade, o qual, segundo Arendt, teria origem em Roma, consistindo em um fenômeno que surgiria com o próprio ato de fundação de um corpo político. Hannah Arendt enxergou, assim, que o fenômeno autoritário, que seria algo eminentemente humano, teria provido um modo legítimo ao agir dos homens sem se socorrer das falácias metafísicas e sem reduzir o problema da legitimidade a uma questão de eficácia. E o conceito de autoridade surgiria da própria necessidade de se estabelecer um fundamento para a vida pública para além da argumentação ou da força.

Para a autora, uma ordem autoritária basear-se-ia sempre em uma hierarquia, e a relação entre quem mandasse e quem obedecesse assentar-se-ia na própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconheceriam e na qual ambos teriam seu lugar estável predeterminado. Assim, diz Arendt que “sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias.”¹³

Segundo Alexandre Kojève, o fenômeno da autoridade só seria possível onde houvesse movimento, mudança e ação. Só possuiria autoridade quem pudesse, efetivamente, realizar mudanças e não quem fosse sujeito a mudanças. Autoridade revelar-se-ia, assim, um fenômeno ativo e não passivo. Aquele realmente dotado de autoridade seria necessariamente um agente no sentido forte do termo, no sentido de que ele seria livre e consciente. O ato dotado de autoridade distinguir-se-ia de todos os demais atos pelo fato de não encontrar qualquer oposição daquele a quem fosse dirigido. Consequentemente, tal fenômeno manifestar-se-ia sempre em uma relação entre um agente e um paciente; ele seria, pois, a possibilidade que um agente teria de agir em direção a outros sem que estes a ele reagissem, apesar de serem capazes de reagir.¹⁴

¹³ ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 62.

¹⁴ Esta definição levará Kojève a dizer que o fenômeno da autoridade relacionar-se-ia com o fenômeno jurídico, pois alguém tem direito a algo quando este alguém pode realizar este direito sem encontrar qualquer oposição. Contudo, haveria uma diferença essencial entre estes dois fenômenos relacionados. No caso da autoridade, a reação ou oposição nunca excederia a esfera da pura possibilidade. A realização da oposição destruiria a autoridade. Em sentido oposto, no fenômeno jurídico, a reação poderia se realizar sem que, todavia, destruísse o direito, sendo necessário apenas que a reação se dirigisse contra uma pessoa diferente daquela que possuísse um direito (um juiz, por exemplo). O que se pode concluir é que, se em princípio, a autoridade excluía a força, pressupõe-se que o fenômeno jurídico seja dotado de força, apesar de não se confundir com ela. Para além disso, diz Kojève, a relação entre autoridade e Direito explicaria a razão porque toda autoridade possui necessariamente um caráter legal ou legítimo. Uma ação legal ou legítima também poderia ser uma ação dotada

Além disso, autoridade ou *Autorictas*, como será visto no capítulo seguinte, seria uma derivação do verbo latino *augere*, cujo significado seria “aumentar”, e o que a autoridade aumentaria seriam as bases da fundação de um determinado corpo político. Deste modo, o fenômeno autoritário estaria ligado ao início do agir em conjunto, à fundação, e, por ser a sua característica o reconhecimento inquestionável da hierarquia existente entre aquele que mandasse e aquele que obedecesse, conferindo estabilidade às relações hierárquicas, poderia ser equiparado este conceito a uma forma de legitimidade.

Neste diapasão, diz Celso Lafer que, apesar da dificuldade, este fundamento teria se mostrado indispensável porque, em certo momento, o processo político exigiria uma decisão. Este momento, chamado de poder, resultaria do agir em conjunto que, para ser estável, necessitaria de legitimidade. Esta, por sua vez, derivaria do início da ação conjunta, cujo desdobramento assinalaria a existência de uma comunidade política. O início da ação conjunta – fundação – conferiria legitimidade ao poder.¹⁵

No entendimento de João Maurício Adeodato, como o Poder em Hannah Arendt proviria da própria ação em conjunto dos homens e não de uma instância metafísica, ele constituiria um *nós* que necessitaria de um começo estabelecido, um marco temporal que serviria de apoio. Assim, seria o ato de fundação, que instauraria o poder, que tornaria esse

de autoridade, necessitando-se apenas que a realização de reações possíveis sejam livre e conscientemente renunciadas. Neste caso, o Direito exerceria uma autoridade, permanecendo como Direito pelo fato de que, em caso de necessidade, haveria uma força capaz de realizá-lo. Resumidamente, o Direito possuiria autoridade apenas para aqueles que o reconhecessem, mas permaneceria Direito mesmo para aqueles que estivessem sujeitos a ele sem reconhecê-lo. Uma ação dotada de autoridade seria, por definição, legal ou legítima, diz Kojève, pois onde a reação possível não se realizasse, não haveria qualquer reação contra o próprio agente. Por conseguinte, não haveria sentido falar de uma autoridade ilegal ou ilegítima. Quem reconhecesse uma autoridade, reconheceria pelo mesmo símbolo a sua legitimidade. Negar a legitimidade de uma autoridade seria não a reconhecer. A existência de uma autoridade poderia ser negada, mas não se poderia opor qualquer direito a uma autoridade reconhecida. KOJÈVE, Alexandre. **The Notion of Authority**. Tradução: Hager Weslati. Londres: Verso, 2014, pp. 7-11.

¹⁵ LAFER, Celso. **Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 2ª Ed., revisada e ampliada, São Paulo: Paz e Terra, 2003. Entende Arendt que a maneira como o iniciador comesse o que pretendesse fazer estabeleceria a lei da ação a partir de então, os princípios que regeriam o seu agir. Desse modo, enquanto os atos posteriores à fundação estivessem em consonância com o ato inicial, enquanto estivessem convergentes com o princípio da ação, estariam revestidos de legitimidade. Entende Arendt que o ato de iniciar seria salvo de sua própria arbitrariedade, pois traria dentro de si o seu princípio, isto é, início e princípio não são apenas relacionados entre si, seriam algo simultâneo, significariam a mesma coisa. O absoluto do qual derivaria o início a sua validade e que deveria salvá-lo de sua arbitrariedade intrínseca seria o princípio, que aparece no mundo junto com o início. ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 272.

nós uma realidade palpável com contornos próprios, fornecendo o princípio de legitimidade aos atos decorrentes dela.¹⁶

A autoridade de um ato fundacional, então, não seria produto da força ou da violência de seus autores, e nem produto da virtude ou da perfeição daquilo que fora criado. A autoridade estaria, de acordo com Jeremy Waldron, justamente na disposição por parte dos interessados de tratar o evento da fundação e a constituição, ao invés de quaisquer outros atos e propostas surgidos de tempos em tempos, como ponto de partida e referência para todos os atos políticos subsequentes. Entende Waldron que isso não deveria ser feito em razão de algo especial ou notável sobre o evento, mas simplesmente porque reconhecer-se-ia que deveria haver um ponto de referência, o qual estaria destinado a ser, em algum sentido, arbitrário e que determinaria que, de agora em diante, as pessoas deveriam agir de acordo com este ponto de partida. Neste aspecto, o respeito ao ato fundacional corresponderia à resolução contingente da manutenção das promessas.¹⁷

Contudo, como Arendt entendeu que o fenômeno autoritário teria encontrado o seu ocaso na modernidade, além de ter entendido que a obnubilação de tal fenômeno equiparar-se-ia a uma perda de fundamento de mundo pelos homens, esforçou-se a autora para buscar, com a erosão de tal fenômeno, uma nova maneira para que o homem pudesse agir legitimamente sem se socorrer de artifícios metafísico-religiosos ou de sua violência.

E a maneira que Arendt encontrou para o homem agir com legitimidade no mundo moderno não seria, de forma alguma, uma maneira completamente diferente daquela fornecida pelo conceito de autoridade; seria apenas uma que resgataria as qualidades providas pelo referido conceito, mas que, por inúmeros motivos, foram se desgastando e acabaram por obnubilar o fenômeno autoritário. A saída encontrada por Arendt localizar-se-á, em nosso entendimento, na faculdade humana de julgar, sobre a qual a autora dedicaria o terceiro e último volume do livro *A Vida do Espírito*, mas que não foi escrito em razão de sua morte. Entretanto, embora Arendt não tenha escrito este último volume, as suas considerações sobre a faculdade humana de julgar podem ser vislumbradas ao longo de outros escritos e conferências.

¹⁶ ADEODATO, João Maurício. **O Problema da Legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 177.

¹⁷ WALDRON, Jeremy. Arendt's Constitutional Politics. In: VILLA, Dana (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 212-213.

Vê-se, portanto, que o conceito de autoridade será de fundamental importância para nos guiar pelo caminho percorrido por Hannah Arendt ao tratar do tema da legitimidade voltado especificamente para a teoria política. Tal conceito fornecer-nos-á, desse modo, os subsídios a partir dos quais poderemos discutir o tema da legitimidade em mundo carente de um fenômeno autoritário, a qual estará localizada, entendemos nós, justamente na faculdade humana para exarar juízos.

Quando então terminarmos de analisar a obra arendtiana que se relacionaria com o tema da legitimidade, poderemos refazer os passos que Hans Kelsen percorreu até chegar à *Teoria Pura do Direito* para, com isso, tentarmos vislumbrar como o mestre de Viena abordou o tema da legitimidade do ponto de vista da Teoria do Direito.

Feita esta primeira abordagem acerca do tema que se pretende analisar nesta Dissertação, cumpre-nos, agora, abordar os aspectos metodológicos a serem respeitados, de modo que esta Dissertação tenha um mínimo de valor científico requerido por um trabalho com pretensões acadêmicas.

1.3. Aspectos Metodológicos

Ao escrever uma Dissertação de mestrado, é importante, antes de entrar na discussão do problema proposto propriamente dito, debruçar-se sobre a questão do método a ser empregado e quais os possíveis problemas a serem enfrentados ao optar por determinado enfoque.

Inicialmente, devemos nos lembrar que a presente Dissertação consiste, basicamente, em analisar o tema da legitimidade na Teoria do Direito, precisamente na teoria kelseniana, tendo como marco teórico a imponente *Teoria Pura do Direito*. Para fazermos tal análise, contudo, entendemos ser necessário discutir o tema da legitimidade na teoria política para, a partir dela, podermos nos deter com mais profundidade no problema da legitimidade na Teoria do Direito.

Destarte, partiremos da análise arendtiana do conceito de autoridade, tendo em vista o nosso entendimento de que tal autora extrairia a sua noção de legitimidade a partir do conceito de autoridade, e, em seguida, buscaremos compreender como Arendt teria enxergado uma maneira de o homem agir legitimamente sem o auxílio de uma autoridade, vez que esta teria se erodido no mundo moderno. Uma vez feito isso, voltaremos nossa

análise para o modo como o tema da legitimidade surgiria nos escritos kelsenianos até chegarmos à *Teoria Pura do Direito*, onde, então, o problema da legitimidade ganharia contornos mais fortes e expressivos e localizar-se-ia precisamente na complicada questão da validade de um ordenamento jurídico, na questão da controversa Norma fundamental (*Grundnorm*). Por fim, analisado o tema da legitimidade tanto da perspectiva da teoria política quanto da Teoria do Direito, tentaremos aproximar a visão arendtiana da kelseniana a fim de mostrar quão semelhantes elas podem ser.

O grande problema metodológico desta abordagem reside no fato de que a *Teoria Pura do Direito*, para poder almejar a pureza metodológica indicada em seu título, buscou excluir de sua análise qualquer elemento que não fosse estritamente jurídico. Desse modo, se tentássemos fazer uma aproximação simples entre a teoria política arendtiana e a *Teoria Pura do Direito*, cairíamos em um erro metodológico crasso, pois não é que Kelsen desconsiderasse a inexorável relação existente entre Direito e Política; na verdade, ele considerava que para que o Direito fosse erigido à categoria de ciência, ele deveria ser explicados em seus próprios termos, sem se socorrer de conceitos provenientes de outras áreas do conhecimento humano, tais como a Sociologia, a Política, a Economia, por exemplo. Com isso, não poderíamos simplesmente inserir elementos da teoria política na *Teoria Pura do Direito* para tentar abordar o tema da legitimidade sem antes fazermos um movimento em direção às concepções políticas e filosóficas kelsenianas.

Portanto, de modo a conseguirmos aproximar o tema da legitimidade de um ponto de vista da teoria política àquele próprio da Teoria do Direito, julgamos ser necessário abordarmos o caminho percorrido por Kelsen até chegar ao postulado de uma teoria que pretendeu ser pura metodologicamente falando. Voltaremos nossos olhos, então, para uma pequena parte da extensa obra kelseniana, na qual o autor expôs as suas concepções filosóficas e políticas, isto é, suas visões de mundo.

Somente ao fazermos este movimento em direção aos escritos não estritamente jurídicos kelsenianos, será possível percebermos as motivações políticas que teriam levado o maior jurista do século XX a conceber uma teoria como a *Teoria Pura do Direito*. Percebendo suas motivações políticas, será possível, então, notar o quão impura e, por isso, o quão profunda filosófica e politicamente seria a *Teoria Pura do Direito*, pois no aparente tratamento estritamente jurídico presente em tal teoria seria possível entrever e vislumbrar a profunda consciência política do autor, que enxerga o quanto o homem pode ser perverso e

usar de um instrumental jurídico para dominar os seus semelhantes, tratando-os como se fossem a escória da humanidade.

Feito este movimento em direção às concepções político-filosóficas kelsenianas, entendemos ser possível fazer uma aproximação apropriada entre a teoria kelseniana e a teoria política arendtiana no que concerne ao tema da legitimidade, enxergando como as concepções arendtianas se encaixam às kelsenianas.

1.4. O Caminho a ser percorrido nesta Dissertação

Apresentado o tema da presente Dissertação de mestrado, tentando-se delimitar o objeto a ser estudado, e abordados os aspectos importantes da metodologia a ser adotada nesta Dissertação de mestrado, cumpre-nos agora fazer uma breve exposição do percurso que pretendemos percorrer ao longo deste trabalho.

O segundo capítulo desta Dissertação terá a função primordial de analisar minuciosamente o conceito de autoridade proposto por Hannah Arendt em seu artigo seminal intitulado “*Que é Autoridade?*”. Nele, a autora faz um panorama geral sobre a chamada crise da autoridade e, em seguida, começa a analisar o conceito partindo de seus pressupostos políticos, os quais, na visão da autora, teriam origem grega, até chegar ao evento histórico que deu feição e corpo ao conceito de autoridade: a fundação de Roma.

A partir deste momento, a autora examina de que maneira foi possível o desenvolvimento da autoridade em Roma, trazendo à tona os conceitos fundamentais de “Tradição” e “Religião”, sem os quais, segundo ela, o conceito de autoridade não teria se sustentado ao longo da história. Passado o evento histórico romano, volta os olhos para aquela que fora considerada a herdeira da tradição romana, a Igreja Católica, responsável por carregar e fornecer até o fim do Absolutismo a autoridade que deu legitimidade e fundamento ao mundo habitado pelo Ocidente.

Por fim, a conclusão do artigo sobre o que é autoridade, mas muito mais sobre a crise da autoridade, volta-se para o evento da revolução, pois enxergou Hannah Arendt que este evento seria capaz de repetir o ato que deu origem à autoridade romana, isto é, a revolução seria capaz de realizar novamente o ato de fundação, constituindo um novo corpo político dotado de legitimidade.

Contudo, no segundo capítulo desta Dissertação iremos reconstruir o argumento arendtiano acerca do conceito de autoridade de maneira um pouco diferente. Iremos diretamente ao evento que originou o conceito e, então, examinaremos como se desenvolveu a autoridade especificamente na história romana. Feito este exame, buscaremos apontar uma relação existente entre o conceito de autoridade e o antigo conceito de história. Em seguida, regressaremos à Antiguidade grega para analisarmos os pressupostos que possibilitaram o surgimento do fenômeno autoritário. Então, seguiremos o rumo tomado, observando de que maneira a Igreja Católica, herdeira da autoridade romana, manuseou-a ao longo da história até o seu declínio com o fim do Absolutismo.

Finalmente, discutiremos a crise e os caminhos abertos com a obliteração, na visão da autora, do conceito que um dia surgiu em Roma, para podermos compreender como Arendt enxergou o problema da legitimidade e suas vias após o esgotamento de uma tradição e o consequente fim do fenômeno autoritário, que serviu como fonte de legitimidade até o declínio dos governos absolutistas.

Para tanto, a obra de Hannah Arendt será de grande valia, mas a análise do conceito de autoridade não se restringirá aos escritos desta autora. Faremos uso também de outros autores que trataram do fenômeno autoritário e de autores que buscaram compreender a importância do conceito de autoridade na obra arendtiana.

O capítulo subsequente prestar-se-á a analisar a faculdade humana de julgar, através da qual, segundo Arendt, seria possível ao homem recuperar a sua dimensão propriamente humana e agir novamente de maneira legítima sem o auxílio de uma tradição que se perdera e de uma autoridade que teria se erodido. Assim sendo, o terceiro capítulo iniciar-se-á retomando a análise feita no segundo capítulo acerca do problema da perda de uma tradição e do evanescimento do conceito de autoridade.

Uma vez retomada a análise acima, iremos nos voltar à análise arendtiana acerca da relação entre o chamado mundo das aparências e a vida do espírito para tentar compreender como o homem, na visão da autora, poderia, ao exercer suas atividades espirituais (que consistiriam nas faculdades de pensar, querer e julgar), distinguir-se dos demais seres vivos e adquirir novamente uma dimensão propriamente humana capaz de superar a mortalidade típica da vida biológica. De fundamental importância aqui serão os conceitos de pluralidade e intersubjetividade, pois, na visão arendtiana, a partir deles é que o mundo seria constituído.

Feito isso, deveremos voltar nossos esforços para duas das atividades espirituais trabalhadas por Hannah Arendt: o Pensar e o Julgar. Segundo a autora, através destas atividades seria possível ao homem transcender a sua mera vida biológica, dotando-a de significado, e habitar novamente este mundo carente de uma tradição. Após uma análise preliminar acerca destas duas faculdades do espírito humano, nossa atenção deverá se voltar à maneira como Arendt se apropriou da teoria kantiana do juízo estético, de forma a aplicá-la à Política, abordando-se aqui a diferença existente entre os chamados juízos determinantes e os juízos reflexivos, a noção de deleite desinteressado e a noção de mentalidade alargada.

Será nossa missão trazer à tona algumas ponderações feitas à teoria sobre o Julgar arendtiana, de modo a tentar elucidar os motivos que teriam levado a autora a pensar a faculdade humana de julgar nos termos em que pensou. Por fim, ao final do capítulo buscaremos, através de uma aproximação do Julgar com o conceito de autoridade, compreender como Arendt pôde enxergar no Julgar, uma maneira de o homem agir legitimamente em um mundo órfão de uma tradição e carente de uma fonte de autoridade.

Passada a análise do conceito de autoridade no segundo capítulo, e passada também a análise da faculdade de julgar no terceiro, caberá abordarmos, no capítulo quarto, o tema da legitimidade olhando especificamente para a Teoria do Direito.

Para tanto, utilizaremos como base a *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen, e tal escolha é justificada, em primeiro lugar, pelo fato de se tratar, possivelmente, da obra de maior importância deste autor, que simbolizaria, talvez, o ápice de seu desenvolvimento acadêmico. Além disso, a escolha da *Teoria Pura do Direito* permite-nos uma análise propriamente jurídica do tema, visto que, em tal obra, o autor busca eliminar de sua análise qualquer elemento que não fosse estritamente jurídico. Ainda, por se tratar de uma tentativa de análise estritamente jurídica, o problema da legitimidade aparece nela de maneira mais forte, pois a insuficiência da teoria kelseniana para explicar o Direito em termos estritamente jurídicos faz com que a relação entre Direito e Poder apareça de maneira mais pronunciada. Assim, é nas fraturas intrasistêmicas apresentadas pela teoria kelseniana, em que o Direito se torna insuficiente para explicar o próprio Direito, que será possível abordar o tema da legitimidade.

Contudo, salienta-se mais uma vez que tal capítulo não deverá se restringir apenas à análise da *Teoria Pura do Direito*. Assim, percorreremos também outros escritos de Kelsen, que extrapolam a análise puramente jurídica. E tal atitude é justificada, mais uma vez, pelo

fato de que só é possível compreender a postura metodológica adotada pelo autor na *Teoria Pura do Direito* e, conseqüentemente, como ele aborda o tema da legitimidade, se compreendermos as premissas por ele adotadas, as quais estão muito relacionadas à sua atitude política e à sua visão de mundo. Assim, passar pelos escritos nos campos da filosofia, da sociologia e da política de Kelsen é essencial para uma maior compreensão do tema da legitimidade.

Dito isto, é importante apontar qual será o rumo a ser tomado neste capítulo. Primeiramente, nosso mister estará voltado para uma introdução do problema da legitimidade no Direito, trazendo a lume a visão de Kelsen sobre como a necessidade do homem por explicação e justificação dos eventos que o cercam se desenvolve. A partir desta visão será possível entender as premissas metodológicas da *Teoria Pura do Direito*, que será objeto do tópico seguinte, no qual será analisada a questão da validade e da Norma Fundamental, vital para podermos entender a relação entre Direito e Poder e, com isso, analisar o tema da legitimidade na Teoria do Direito, especificamente na *Teoria Pura do Direito*.

Feita esta análise, devemos partir então para a *Teoria Geral das Normas*, na qual Kelsen abandonará certas posturas buscando dar maior coesão à sua visão sobre a Teoria do Direito, notadamente no que tange à questão da Norma Fundamental. Analisada a Norma Fundamental tanto na *Teoria Pura do Direito* quanto na *Teoria Geral das Normas*, será importante apontar uma possível tendência democrática que se esconde por trás de uma teoria que aspira a uma pureza metodológica.

Após todo este percurso, nosso trabalho deverá se focar em como seria possível fazer uma aproximação entre o problema da legitimidade da maneira como foi tratada por Kelsen e da maneira como foi tratada por Arendt nos dois capítulos anteriores.

Era o que nos cabia fazer até aqui. É hora, pois, de iniciarmos finalmente o presente trabalho. Começemos, então, pelo conceito de autoridade.

EPÍLOGO

„Baccalaureus:

Dies ist der Jugend edelster Beruf!
Die Welt, sie war nicht, eh' ich sie erschuf;
Die Sonne führt' ich aus dem Meer herauf;
Mit mir begann der Mond des Wechsels Lauf;
Da schmückte sich der Tag auf meinen Wegen,
Die Erde grünte, blühte mir entgegen.
Auf meinen Wink, in jener ersten Nacht,
Entfaltete sich aller Sterne Pracht.
Wer, außer mir, entband euch aller Schranken
Philisterhaft einklemmender Gedanken?
Ich aber frei, wie mir's im Geiste spricht,
Verfolge froh mein innerliches Licht,
Und wandle rasch, im eigensten Entzücken,
Das Helle vor mir, Finsternis im Rücken.

(Ab)

Mephistopheles:

Original, fahr hin in deiner Pracht! –
Wie würde dich die Einsicht kränken:
Wer kann was Dummes, wer was Kluges denken,
Das nicht die Vorwelt schon gedacht? –
Doch sind wir auch mit diesem nicht gefährdet,
In wenig Jahren wird es anders sein:
Wenn sich der Most auch ganz absurd gebärdet,
Es gibt zuletzt doch noch e' Wein.

(Zu dem jüngern Parterre, das nicht aplaudiert)

Ihr bleibt bei meinem Worte kalt,
Euch guten Kindern laß ich's gehen;

Bedenkt: der Teufel, der ist alt,
So werdet alt, ihn zu verstehen!“³⁶⁹

Chegamos, talvez, ao final desta Dissertação, embora seja mais do que certo que não esgotamos e jamais esgotaremos as possibilidades e os caminhos existentes para o tema que aqui foi tratado. E agora, mesmo não tendo esgotado o assunto, é nosso mister neste epílogo dar algo como um acabamento a este trabalho que se iniciou ainda no ano de 2015 e que agora deve vir à luz para todos os seus efeitos.

Antes de começarmos esta pequena conclusão, é preciso confessar que as palavras que aqui vão sendo escritas contêm um misto de satisfação, tristeza e medo, pois, quando somos muito autocríticos, sempre pensamos que aquilo que escrevemos não possui valor algum para ser compartilhado com os outros e, assim, ficamos receosos de nos expor. No entanto, é sempre hora de superarmos e dissiparmos nossos medos e inseguranças. Uma vez dito isso, pergunta-se finalmente: o que poderia ser escrito aqui para, então, podermos decretar o fechamento, ainda que provisório, deste trabalho?

Talvez poderíamos indicar, através de algumas ideias presentes ao longo desta Dissertação, alguns pontos que poderão ajudar aqueles que pretendem estudar posteriormente o problema da legitimidade. Muito provavelmente não deve ser esta a melhor escolha possível para fazermos uma conclusão. Mas nunca vivemos das melhores escolhas e decisões, vez que nunca temos tempo suficiente para nelas pensar (e jamais teríamos). O pensar sempre se dá em um piscar de olhos e, se engajássemos em uma atividade pensante em busca da melhor escolha e da melhor decisão acerca de qual caminho tomar, seria muito provável, quase certo aliás, que morreríamos sem jamais termos saído do mesmo lugar.

³⁶⁹ GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma Tragédia – segunda parte**. Tradução Jenny Klabin Segall (bilíngue). 4ª Ed., São Paulo, Editora 34, 2010, pp. 310-313. A tradução é a seguinte: “BACCALAUREUS: Da juventude, esse é o teor mais fecundo! / Antes de eu criá-lo, não havia o mundo; / Fui eu quem trouxe o sol que do mar brota;/ Comigo a lua iniciou a sua rota;/ Em meu caminho abrilhantou-se o dia, / A terra ao meu encontro florescia. / Na noite primordial, ao meu aceno, / Dos astros desfraldou-se o brilho ameno. / Quem, senão eu, vos livrou das barreiras, / Da compreensão de ideias corriqueiras? / Livre, eu, tal como o espírito mo induz, / Sigo ditoso a minha íntima luz, / E, rápido, meu êxtase me leva, / Diante de mim a luz, detrás a treva. (Sai). MEFISTÓFELES: Original, leva o esplendor contigo! - / Como te humilharia o fato: / Quem pensou de tolo, algo, ou de sensato, / Que já não tem pensado o mundo antigo? / Mas também esse as noçõeszinhas urda! / Transformá-lo-á o tempo em seu caminho; / Ainda que o mosto obre de forma absurda, / No fim acaba dando um vinho. (*Dirige-se à plateia dos jovens, que não está aplaudindo*). Deixa-vos frios o que digo, / Meus caros jovens, mas perdoo o gelo; / Lembrai que é velho o diabo antigo, / Velhos ficai, pois, para compreendê-lo.”

Sem mais delongas, ao iniciarmos esta Dissertação, dissemos que o que levou este estudante a se debruçar sobre o tema da legitimidade na Teoria do Direito foi uma frustração que remonta ao primeiro ano do curso de Direito, ano no qual todos estudantes se deparam, ou deveriam se deparar, com a *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen e o problema da validade, que é, em última instância, um problema da gênese e da fundamentação do Direito, sendo, portanto, um problema decorrente da eterna relação entre Direito e Poder.

E tal problema afeta-nos sobremaneira, pois vivemos em um mundo e em uma época marcados pelo vívido pluralismo de visões e no qual as explicações de cunho metafísico-religiosas para justificar o Direito mostram-se muitas vezes insuficientes, limitadas e são utilizadas reiteradamente para exercer a dominação de uma determinada visão de mundo sobre as demais, buscando suprimir as vozes contrárias. São explicações, ademais, que enfrentam insolúveis contradições e que, em razão disso, tornam-se insustentáveis. São, por fim, explicações que não refletem um modo de viver autêntico de sociedades marcadas pela forte diversidade e pela coexistência de diferentes visões de mundo e pluralidade de vozes.

Por outro lado, afastadas as fundamentações de cunho metafísico, revela-se também deveras complicado afirmar inexistir um fundamento para o Direito e sustentar a sua perfeita identificação com o Poder; que o Direito seria simplesmente a manifestação, em roupagem jurídica, das relações de Poder e dominação existentes em uma dada sociedade, esvaziando-se, desse modo, o conceito de validade, e aproximando-o do de eficácia. Se assim fosse, qual seria então o propósito de se denominar algo propriamente como Direito? Qual seria o sentido de estabelecermos uma diferença entre Direito e Poder? Seria mesmo o Direito apenas um subterfúgio para assegurar a manutenção de uma determinada estrutura de Poder pelos seus detentores? Precisamos acreditar que não.

Dessa maneira, se afastarmos as explicações metafísicas para fundamentar o Direito e se negarmos-nos a decretar a inexistência de qualquer tipo de fundamentação, rejeitando, por conseguinte, um absoluto relativismo de valores, como poderíamos buscar um fundamento para o Direito? Vislumbramos na noção de legitimidade perseguida por Hannah Arendt através do conceito de autoridade e da faculdade humana para julgar um modo de pensar uma saída para esse impasse.

Em uma primeira incursão sobre a questão da legitimidade, vimos que ela funcionaria como uma justificação da ação humana que iria no sentido de convencer os destinatários acerca da justeza e necessidade de agirmos de determinada maneira, evitando, com isso, a

frustração dos destinatários e evitando que, por causa desta frustração, fosse necessária a utilização da força e da violência para efetivar certa ação humana. A noção de legitimidade funcionaria, então, como um termômetro, indicando a adequação entre o que os destinatários esperariam e o que, de fato, seria decidido por quem detivesse o poder.

Partindo-se do fato de vivermos em um mundo marcadamente plural, no qual estão presentes as mais diversas e até mesmo antagônicas visões de mundo, e partindo-se, ademais, do pressuposto da impossibilidade de se afirmar a superioridade de uma visão de mundo em detrimento das demais, o que significa a impossibilidade de fornecer uma explicação racional e cabal para um determinado fundamento, além de termos que excluir da noção de legitimidade o uso da força e da violência, chegamos à conclusão de que o conceito de legitimidade anda de mãos dadas com a noção de reconhecimento que prescinde de força e que também não requer qualquer explicação de cunho racional.

E diante destas características que dão corpo e forma à noção de legitimidade, o conceito de autoridade trabalhado por Hannah Arendt, cujas origens remontam à fundação de Roma, mostrou-se muito apropriado para tratarmos do tema da legitimidade, vez que em sua essência estaria precisamente a característica do reconhecimento inquestionável, que prescindiria da coerção e da persuasão.

O fenômeno autoritário, como foi visto, nasceria do próprio ato de fundação de um determinado corpo jurídico-político, sendo que o Poder que levaria a cabo esta fundação não decorreria de qualquer instância metafísica, mas do próprio agir em conjunto dos homens. Com isso, a autoridade seria um fenômeno eminentemente humano, diferenciando-se do Poder, mas com ele coexistindo e qualificando-o. E a sua manifestação no mundo dar-se-ia exatamente por meio do aumento das fundações de um certo corpo jurídico-político que fora criado pelos próprios homens, aumento este que seria realizado toda vez que aqueles que estivessem na posse da autoridade voltassem-se ao passado comum de sua própria comunidade através de uma determinada tradição e, por meio dos exemplos pretéritos, observando os princípios que inspiraram a fundação, pensassem as saídas e soluções para as novidades que surgissem no tempo presente.

O conceito de autoridade seria capaz, assim, de moldar e fornecer regras que permitiriam a convivência entre os homens, prestando-se, pois, a preservar e a cuidar de um mundo comum existente entre os cidadãos de uma determinada comunidade de homens. As regras moldadas pelo fenômeno iriam no sentido de criar, como já falamos ao longo deste

trabalho, um idioma compartilhado por todos, possibilitando, com isso, algo como uma unidade em meio a uma pluralidade de homens e fazendo com que as diferenças existentes entre os seres humanos fossem constantemente superadas através do realce de suas semelhanças. A autoridade funcionaria, desse modo, como um fator de legitimidade centrípeto.

Ao buscar criar esse idioma, preservando o mundo comum existente entre os cidadãos, preservaria, por conseguinte, a liberdade, e exaltaria a igualdade entre os homens, uma vez que esse idioma só poderia ser constituído a partir da consideração das mais variadas visões de mundo. Isso significa dizer que o estabelecimento de padrões e regras a partir dos quais a ação humana deveria se pautar e, portanto, o estabelecimento de uma hierarquia, só poderia se dar por meio do respeito à liberdade e igualdade dos homens.

Talvez a verdadeira hierarquia criada pelo conceito de autoridade seria precisamente entre aquilo que fosse considerado como o mundo comum, localizado no patamar superior, e aquilo que pertencesse à individualidade de cada um. No entanto, seria sempre uma hierarquia tenuíssima, já que tudo o que fosse particular de cada um deveria ser sempre levado em consideração, de modo que esse mundo criado pelo fenômeno autoritário não se tornasse algo estático e rígido. A hierarquia entre esse mundo comum e a individualidade de cada um seria, então, colocada em xeque reiteradamente, dissolvendo-se e reestabelecendo-se constantemente, permitindo, com isso, o aumento das fundações do corpo jurídico-político.

A noção de reconhecimento inquestionável, que prescindiria do uso da força e da persuasão, atrela-se à noção de autoridade, pois o que esta possibilitou, em termos político-jurídicos, foi a preservação e a criação de um mundo comum aos destinatários do Poder. Desse modo, aqueles que vivessem em um organismo político dotado de autoridade seriam capazes de reconhecê-lo como um corpo jurídico-político congruente com o seu próprio modo de vida e também com o modo de vida que aqueles que o fundaram desejaram ao criá-lo.

O fenômeno da autoridade, ao criar um idioma, um emaranhado de significados compartilhados, e preservar e cuidar de um mundo comum aos habitantes de um determinado corpo político, foi capaz, portanto, de gerar um sentimento de pertença a todos aqueles que vivessem sob sua eterna vigilância. E foi esse sentimento de pertença, como observamos, que acompanhou o fenômeno autoritário desde o seu surgimento em Roma, passando pela

Igreja Católica, até o seu ocaso com o declínio dos regimes absolutistas, fazendo com que os mais diferentes homens vivessem de maneira harmônica dentro de um mesmo espaço.

Pertencer, assim, é o verbo a partir do qual se pode falar em legitimidade em Hannah Arendt, pois é o verbo que indica que o homem não se sente mais como um estranho no mundo, mas como parte dele. Ademais, é o verbo que evidencia que o homem, ao deixar de se sentir como um estranho, começa a compreender-se enquanto ser humano inserido em uma determinada comunidade, pois sente-se parte de uma história e deixa de possuir apenas uma vida meramente biológica. Deixa de viver, pois, apenas enquanto membro da espécie humana e torna-se capaz de perceber a sua própria individualidade. E compreender-se é, para Arendt, chegar a um acordo e conciliar-se com a realidade, fazendo do mundo a nossa própria morada.

Neste diapasão, viver em um determinado Estado e possuir direitos é apenas uma pequena parcela do caminho ao sentimento de pertencimento a um corpo jurídico-político. A possibilidade de viver segundo as próprias concepções de vida e participar da constituição e do engrandecimento daquilo que se denomina como comum em uma certa comunidade de homens é a outra parte do percurso que o homem deve trilhar se deseja encontrar a sua própria casa neste mundo.

A erosão do fenômeno autoritário, contudo, levou paulatinamente à perda deste mundo e idioma comuns, reacendendo o problema da legitimidade no mundo moderno, vez que este mundo cuidado e preservado por uma autoridade foi se degradando. Com isso, a pluralidade, que sempre foi amenizada, mas não suprimida, com o realce daquilo que fosse semelhante e comum a todos, ganhou novamente cores vivas e contrastes expressivos, elevando-se a individualidade de cada um ao patamar que um dia fora ocupado por aquele idioma representativo de um mundo comum existente entre os homens, realçando-se as diferenças e não as semelhanças de cada um. Há, com isso, um enfraquecimento da noção de pertencimento a um mundo de significados compartilhado com os outros habitantes fornecida pelo fenômeno autoritário, fazendo com que cada um reivindique a superioridade de sua própria visão de mundo em detrimento de todas as outras.

Carente de uma tradição, que selecionaria e daria nome às coisas, e de uma fonte de autoridade, vimos que Arendt vislumbrou uma real ameaça às dimensões temporais do passado e do futuro, as quais seriam as responsáveis por constituir no homem aquilo que fosse propriamente humano. Sem a perfeita noção do que seria passado e futuro, então, a

nossa própria condição humana estaria ameaçada, fazendo com que nós regressássemos à nossa vida meramente biológica, tendo em vista que, com a perda de uma tradição e, com isso, a perda de um passado, o homem não seria mais capaz de superar a sua própria mortalidade através da rememoração de seus atos pretéritos.

Sem a noção de passado, carente de uma história, o homem não poderia mais reconhecer o mundo como a sua morada, não poderia mais usar os exemplos pretéritos para se preparar para o futuro e, com isso, estaria fadado à extinção enquanto ser humano, embora pudesse ainda sobreviver enquanto espécie. Ao se sustentar sobre uma autoridade, o passado, com a ajuda da religião e de uma tradição, guiou o homem com segurança pelo futuro desconhecido. Lembremos mais uma vez o que aconteceu com o próprio Fausto de Goethe que, ao matar os últimos integrantes do mundo medieval em que nascera, pronunciou a sua própria morte.

O que o fenômeno da autoridade pôde, portanto, fornecer aos homens durante a sua longa existência foi, em primeiro lugar, uma noção de pertencimento a um determinado lugar. E, em decorrência dessa noção de pertencimento, padrões seguros para a ação humana. Assim, a experiência humana privada de algo como uma autoridade tenderia a esquecer o passado enquanto pensasse no futuro. No entanto, tais padrões, que forneceriam pistas do passado para o homem pensar o seu futuro, não poderiam jamais ter se cristalizado e enrijecido; deveriam ser permanentemente erodidos e reconstruídos. Esses padrões não poderiam jamais ser vistos como verdades últimas de caráter metafísico como a Igreja Católica os tentou transformar. Isso porque, ao se cristalizarem, enrijecerem e ganharem ares de padrões eternos e absolutos, acabaram por levar à supressão da chamada pluralidade humana e, além disso, atrofiaram as faculdades humanas de pensar e julgar, pois enquanto houvesse uma fonte de autoridade que fornecesse padrões semelhantes a verdades últimas e absolutas, bastaria ao homem se socorrer dos exemplos pretéritos para saber como agir no tempo presente.

Diante do cenário de crise do fenômeno autoritário, como forma de evitar os perigos decorrentes das perdas da tradição e da autoridade, Arendt enxergou nas faculdades humanas para pensar e julgar uma maneira de o homem compreender-se novamente enquanto ser humano, pois, através dessas faculdades, seria possível ao homem romper com aquele estado de eterna mudança característico da vida biológica. É que seria apenas porque pensamos e,

por isso, deixamos de ser levados pela continuidade das necessidades vitais, que passado e futuro poderiam se manifestar para o homem.

Vimos que o homem moderno, carente de uma fonte de estabilidade e permanência como a autoridade, confronta-se, então, com a incompletude da ação devido à falta de um passado e de uma história e, portanto, devido à falta de padrões transmitidos pela tradição, para poder pensar o sentido de seu agir no presente que contende incessantemente com o futuro, com aquilo que ainda não é. Entendendo a capacidade para pensar como a condição para a ação humana e diante da falta de padrões seguros transmitidos pela tradição, Arendt enxergou o dever de o homem moderno voltar ao passado e, sem a ajuda das pistas e padrões fornecidos pela tradição, reaprender a pensar autonomamente sobre o seu significado sem as amarras de uma tradição em busca de um sentido para a sua ação.

O significado e o sentido da vida humana deveriam, pois, transcender o tempo; deveriam ser protegidos da destruição provocada pelo fluxo temporal contínuo. Com isso, pensaríamos e julgaríamos, na visão de Arendt, para dar sentido e significado ao tempo, para definir aquilo que seria propriamente o nosso passado e aquilo que quereríamos como o nosso futuro. Julgaríamos, portanto, de forma a ancorarmo-nos em um mundo que, de outra maneira, seria carente de sentido e de uma realidade existencial. O pensar e julgar seriam atividades, desse modo, capazes de reconciliar o tempo com a nossa própria mundanidade, e seriam atividades que deveriam ser exercidas por todos os seres humanos, e não apenas por aqueles que se intitulassem como detentores da autoridade.

No terceiro capítulo desta Dissertação voltamo-nos aos escritos arendtianos acerca das faculdades humanas de pensar e julgar para vislumbrar uma maneira de o homem agir novamente com legitimidade em um mundo carente de uma fonte de autoridade e de uma tradição. Em primeiro lugar, Arendt enxergou que, através do pensar, seria possível que o homem dissipasse os erros e ilusões de tudo aquilo que lhe aparecesse e pudesse lhe confundir. Pensaríamos, portanto, quando duvidássemos de nossa própria percepção da realidade, buscando um significado e tentando compreender a realidade que nos circunscrevesse, procurando, dessa forma, criar e sustentar um tecido significativo, na base do qual seria possível que indivíduos diferentes nutrissem entre si uma vida intelectualmente coerente, completando, assim, a nossa existência terrena.

Vimos, ademais, que quando os nossos pensamentos fossem expostos às opiniões dos outros, o pensar adentraria em sua dimensão crítica, dentro da qual o espaço do pensar

permeado por nossas crenças e preconceitos seriam limpos, preparando-nos, então, para a atividade julgadora. Ao pensarmos de forma crítica, levaríamos a opinião dos demais em consideração com a finalidade de alcançarmos um tipo de imparcialidade, alargando a nossa mentalidade, o qual resultaria da abstração das limitações existentes em cada sujeito pensante e que seriam decorrentes de sua própria subjetividade.

Ao chegarmos à atividade julgadora, refletiríamos não apenas sobre os nossos juízos, sobre aquilo que pensamos a respeito de algo, mas também sobre os juízos dos outros, sobre o que os outros também pensaram, chegando a uma conclusão e a uma decisão sobre o significado de determinado evento. Ao julgar, então, deveríamos sempre nos esforçar para compreender aqueles cujos pontos de vista contrapor-se-iam aos nossos e que poderíamos achar detestáveis. Discordar, pois, das visões e concepções de mundo dos outros não nos livraria da responsabilidade de tentar compreendê-las. O objetivo do ato de julgar, ao exigir do homem a compreensão dos pontos de vista dos outros, estaria exatamente na criação de um novo idioma comum, de modo a dotar novamente a ação humana de sentido e significado, tornando-a humanamente inteligível. Dessa maneira, Hannah Arendt vislumbrou na faculdade de julgar uma atividade através da qual os homens poderiam novamente compartilhar um emaranhado de significados, permitindo que se orientem em um mundo comum.

Arendt considerou o julgar como uma faculdade própria da política no sentido de ser uma pela qual tudo o que fosse posto sob julgamento deveria ser visto não apenas da perspectiva daquele que julgasse, mas do ponto de vista de todos aqueles que participassem e pertencessem a uma determinada comunidade política. Em razão disso, a validade dos juízos humanos não decorreria de qualquer instância metafísica, mas repousaria em uma concordância potencial entre os homens, sendo que, através desse especial tipo de validade, a autora teria tentado escapar tanto de um subjetivismo quanto de um falso objetivismo, pois ancoraria o fundamento de validade dos juízos humanos nos próprios homens. Seria, ademais, precisamente este tipo de pensar e julgar que estaria no cerne da vida política, vez que não estaria preocupado com uma verdade para além da vida terrena, mas sim com os homens pertencentes a uma comunidade política, estaria preocupada, de fato, com uma verdade que fosse mundana e propriamente humana.

O vislumbre arendtiano da faculdade de julgar como uma faculdade eminentemente política teria se dado precisamente através da teoria sobre os juízos estéticos kantiana, sobre

o gosto, pois em tal modalidade de juízo apelar-se-ia à reflexão sobre os gostos dos outros, levando em consideração os seus possíveis juízos. Com isso, o modelo do juízo sobre o gosto encontraria a sua justificação para ser aplicado aos juízos políticos no fato de nele estar pressuposta a comunicabilidade dos juízos. Seria um tipo de juízo, portanto, que surgiria da própria intersubjetividade humana e daquilo que fosse comum a todos os homens. Em Arendt, julgar não seria a atividade pela qual se aplicaria determinados conceitos a uma determinada realidade.

O julgar em Arendt, destarte, afastar-se-ia da noção de juízos determinantes e aproximar-se-ia da noção da reflexividade dos juízos. Seria, com efeito, uma atividade que buscaria lidar com o particular sem se descuidar de suas singularidades. Partir-se-ia, então, da reflexão sobre este particular e, em seguida, refletindo-se sobre o que os outros pensariam a respeito deste particular, buscar-se-ia, por fim, algo que fosse universal sem se socorrer de padrões gerais e abstratos. Assim, entendeu a autora que, ao tratar o particular enquanto tal, aquele que julgasse seria capaz de iluminar o universal sem reduzir o particular a ele. Aquilo que fosse posto a julgamento assumiria, pois, um significado universal e, simultaneamente, reteria a sua particularidade e singularidade.

O juízo sobre o gosto, na proporção em que apelasse ao chamado senso comum, na medida em que apelasse ao pensamento dos outros, iria em sentido oposto aos sentimentos privados de cada um. Com efeito, encarando a faculdade de julgar através da teoria do juízo estético kantiana, reafirmar-se-ia a natureza intersubjetiva dos juízos. Os conceitos de comunicabilidade, mentalidade alargada, imaginação, prazer desinteressado e senso comum abordados por Arendt iriam, assim, justamente ao encontro das noções de pluralidade e intersubjetividade destacados pela autora e que seriam essenciais à vida verdadeiramente humana.

Desse modo, a faculdade humana de julgar seria capaz de conectar novamente a condição da pluralidade humana e a deliberação sobre os rumos a serem tomados na política, pois seria capaz de revelar aos homens aquilo que fosse comum entre eles no próprio processo de deliberação de suas diferenças. Por meio de tal faculdade do espírito, Arendt enxergou a possibilidade de reconciliar as noções de pluralidade e unidade, em busca de uma nova concepção centrípeta de legitimidade como um dia funcionou o conceito de autoridade.

As capacidades humanas para pensar e julgar mostraram-se, pois, extremamente pertinentes ao tratarmos do tema da legitimidade a partir do conceito de autoridade, visto

que seriam as atividades fundamentais a partir das quais poderia surgir algo como o fenômeno autoritário. Através do pensar e do julgar seria possível, de fato, exaltar a liberdade e igualdade humanas, da mesma maneira como o fenômeno da autoridade pôde exaltar durante a sua existência e, com isso, criar um espaço onde todos pudessem conviver e sentir-se como parte integrante.

Se voltarmos à experiência autoritária original em Roma e bem observarmos a função exercida pelo Senado Romano, qual seja, a emissão de conselhos sobre o modo de proceder na política nas mais variadas situações, ela poderia muito bem ser caracterizada como a emissão de juízos reflexivos que levariam em consideração as peculiaridades da situação que se apresentasse para aconselhamento, mas que não se esqueceriam dos exemplos pretéritos ao ponderar sobre o melhor caminho a ser tomado. A atividade essencial exercida pelos detentores da autoridade em Roma era, dessa forma, justamente a atividade de julgar levando em consideração as peculiaridades de cada caso, de modo a possibilitar o aumento das fundações romanas.

O que levou à erosão do fenômeno autoritário foi justamente a cristalização desses juízos reflexivos, que deixaram de possibilitar o engrandecimento das fundações, abarcando as mais diversas ideias, que poderiam até mesmo ser antagônicas e aparentemente contraditórias, transformando-se em típicos juízos determinantes. Estes se prestam, com efeito, a reafirmar determinadas ideias em detrimento de outras, sem levá-las em consideração, prestando-se a reafirmar um determinado *status quo*, o que vai de encontro ao papel da autoridade de aumentar as bases da fundação. Essa transformação leva a um enfraquecimento da noção de pertença tão presente no conceito de autoridade.

Contraditoriamente, o processo de cristalização dos juízos reflexivos que acaba por enfraquecer o fenômeno autoritário é o que permite a criação do idioma comum presente no conceito de autoridade. No entanto, este processo não pode ser linear e progressivo. Deve ser perene e constante sim, mas deve conciliar permanentemente a erosão de antigos padrões com a cristalização de novos criados a partir dos antigos, de forma espiralar, de modo a reconstruir e engrandecer constantemente o mundo e idioma comuns que permitiriam a todos os que vivessem em uma determinada comunidade política sentirem-se realmente como parte dela. A construção desse idioma deve se dar, pois, da mesma maneira como Arendt entendeu o processo de compreensão: de maneira interminável e não linear.

A noção de legitimidade em Hannah Arendt baseia-se, pois, precisamente na noção de um mundo compartilhado pelos partícipes de uma determinada comunidade de homens. Todavia, esse mundo não é estático, mas dinâmico justamente pela característica humana da natalidade exaltada por Arendt, pelo fato de que o nascimento de cada ser humano representa a sua potencialidade para iniciar algo novo. A ação legítima em Arendt é, destarte, sempre uma ação que se ancora em um aparato conceitual compartilhado, o qual decorre dos juízos que levam em consideração a perspectiva de todos aqueles que compartilham um mesmo espaço comum, ressaltando-se a liberdade e igualdade de todos.

O fim do fenômeno autoritário levou à perda desse mundo comum que acompanhou os homens do Ocidente desde o surgimento de Roma, renovou-se na Igreja Católica e evanesceu com o fim do Absolutismo. E Arendt voltou-se às faculdades espirituais do pensar e do julgar, pois, segundo ela, seria a partir delas que os homens poderiam construir novamente um mundo comum de significados que os possibilitaria novamente agir com legitimidade nesse mundo. Somente através do constante pensar e julgar os homens poderiam compreender-se novamente e, com isso, não se sentirem mais como estranhos nesse mundo, mas sim como parte dele.

Após a nossa incursão pelo pensamento arendtiano acerca do tema da legitimidade, concentramos nossos esforços nos escritos kelsenianos, de forma a voltar às inquietações presentes logo na introdução desta Dissertação e abordar o tema da legitimidade olhando especificamente para a Teoria do Direito. Assim, no quarto capítulo vimos que Hans Kelsen partiu do entendimento de que o homem teria uma profunda necessidade de justificar as suas ações, embora não conseguisse justificá-las de forma absoluta, e que nem mesmo a unanimidade sobre um determinado juízo de valor seria capaz de provar a sua validade em termos objetivos.

Além disso, vimos que Kelsen entendeu que o homem, por se afirmar como um ser racional, buscaria justificar as suas ações da mesma forma, mas essa busca seria sempre frustrada. Com isso, vislumbrou que os seres humanos procurariam na religião e na metafísica um fundamento último para as suas ações, mas isso significaria apenas um deslocamento do problema da justificação para fora deste mundo, não havendo nada mais contraditório do que a pressuposição de uma esfera inacessível e intangível aos homens que fornecesse a eles uma explicação para a vida terrena. Assim, a ideia de uma justiça absoluta seria para Kelsen algo irracional e cujas origens psicológicas estariam no campo volitivo. A

busca por um fundamento último e absoluto seria, portanto, nada mais que um desejo humano.

Além da irracionalidade na postulação de uma justiça absoluta, Kelsen captou que a religião e a pressuposição de uma instância metafísica para buscar um fundamento último para as ações humanas seriam utilizadas reiteradamente como forma de justificar o exercício da dominação. Percebemos, assim, que Kelsen foi um ferrenho defensor da ideia de que inexistiriam poderes que estivessem acima dos homens, rejeitando, portanto, a metafísica para fundamentar o Direito. E, nessa toada, o caminho à *Teoria Pura do Direito* iria justamente no sentido de despir qualquer Poder de toda justificação que se dissesse e se declarasse científica, sendo essa a característica essencial do Positivismo, o que não significaria, de maneira alguma, despi-lo de toda justificação, tendo em vista que Kelsen rejeitou também a identificação do conceito de validade com o de eficácia.

Adepto, então, de um relativismo filosófico, Kelsen partiu do pressuposto de que todos os sujeitos seriam capazes de se autodeterminarem e, por isso, seriam livres. Ademais, como todos possuiriam essa mesma capacidade, pressupor-se-ia também uma igualdade entre todos. Impedir-se-ia, assim, a afirmação de uma visão de mundo como superior às demais, já que todos estariam sujeitos às mesmas leis da cognição racional, embora todos pudessem estar sujeitos a diferentes reações emocionais. E, diferentemente de um absolutismo filosófico, que pregaria a existência de uma realidade independente da cognição humana, o relativismo filosófico kelseniano defenderia a constituição da realidade a partir do próprio sujeito cognoscente.

Diante da impossibilidade de se encontrar um valor absoluto de justiça que fundamentasse as ações humanas e, em decorrência disso, a impossibilidade de se afirmar a superioridade de um juízo de valor em relação a outro, Kelsen compreendeu que os juízos de valor defendidos por cada um representariam os mais diversos interesses humanos, os quais se conflitariam incessantemente. E diante desses conflitos, afirmou o autor, ou se optaria por um interesse em detrimento dos demais, ou perseguir-se-ia um compromisso entre todos. A impossibilidade de comprovar a superioridade de um determinado juízo e a pressuposição da paz social como valor maior a ser alcançado fizeram com que Kelsen defendesse uma justiça decorrente de um compromisso que garantisse a paz, e essa posição se coaduna perfeitamente com a concepção de que a realidade seria constituída a partir do sujeito, ou melhor, dos sujeitos.

A opção por uma justiça da paz social, então, levou Kelsen a ver na tolerância o princípio moral que fundamentaria um relativismo de valores, pois exigiria que compreendêssemos a liberdade dos demais seres humanos e pressupuséssemos a igualdade de todos, permitindo que todos participassem da constituição daquilo que lhes fosse comum. E a síntese entre liberdade e igualdade, entendeu o autor, residiria precisamente em desejar a liberdade não apenas para si, mas também para todos os outros. Com isso, Kelsen enxergou na democracia, quando ela significasse liberdade e tolerância, uma forma de governo justa, já que nela seria possível a convivência dos mais diversos e até mesmo antagônicos pontos de vista. Com efeito, aquele cujo desejo por liberdade fosse regulado por um sentimento de igualdade seria capaz de reconhecer-se no outro. A tolerância seria capaz perceber no outro a semelhança e, em decorrência dessa percepção, aceitar as suas diferenças.

A compreensão kelseniana de que só existiriam valores relativos levaria, então, a uma visão de mundo crítica, positivista e empirista, mais afeita, portanto, a uma visão de mundo democrática, pois deveríamos sempre estar abertos e dispostos a mudanças; deveríamos sempre estar dispostos a aposentar os valores outrora defendidos por nós em prol de outros novos valores que surgissem no tempo. E essa noção democrática de Kelsen revela uma clara compatibilidade com a noção arendtiana de que deveríamos sempre, ao julgarmos algo, suspender aquilo que uma vez já pensamos, possibilitando o surgimento de novos pensamentos e novas ideias.

A democracia defendida por Kelsen decorreria, dessa forma, da visão de que ela seria uma forma de governo mais apta a defender a igualdade e liberdade dos homens, pois nela estaria implícita a sujeição dos homens à própria vontade para preservar a igualdade de todos e afastar a dominação de uns sobre os demais. Democracia, por conseguinte, jamais poderia significar a dominação absoluta por um indivíduo ou por uma minoria; não significaria nem mesmo a dominação exercida pela maioria, pois seria uma forma de governo que surgiria da igualdade de todos e da busca por liberdade. Na essência do conceito de democracia para o autor estariam permanentemente presentes as noções de diálogo e discussão, as quais possibilitariam a convivência de todos e das quais deveria resultar o conteúdo de uma determinada ordem jurídica na forma de um compromisso. A constituição daquilo que seria denominado como Direito nasceria, portanto, do próprio diálogo e discussão entre os seres humanos de uma determinada comunidade. Aquilo que denominaríamos como Direito nasceria, com efeito, dos próprios homens.

Kelsen enxergou no homem um ser dotado de pulsações violentas, egoístas e anticomunitárias. O Direito, a ordem jurídica e a própria ideia de normatividade, assim, teriam o condão de reprimir essas tendências animais do ser humano. E, por outro lado, como essas tendências também estariam presentes naqueles que detivessem o poder de editar as normas de um determinado ordenamento, Kelsen vislumbrou na democracia uma forma de contenção desse poder, tendo em vista que o exercício do poder em uma democracia seria sempre restrito e temporário.

Essa defesa kelseniana da democracia pode até mesmo ser notada em sua *Teoria Pura do Direito*. As noções de normatividade, legalidade, escalonamento do ordenamento, por exemplo, tão presentes na teoria kelseniana, embora possam muito bem se adequar tanto em uma autocracia, na qual a vontade do governante representa um valor de cunho absoluto, quanto em uma democracia, são noções muito mais afeitas à forma democrática de governo, vez que a vontade de um tirano ou ditador pode subverter todo o valor decorrente da legalidade, da normatividade e da hierarquia do ordenamento presentes na *Teoria Pura do Direito*.

A segurança jurídica advinda da legalidade e da decorrente noção de procedimento estaria, então, constantemente ameaçada pelos arbítrios de um tirano, cuja vontade poderia dissolver, a qualquer momento, toda a hierarquia de uma ordem jurídica estabelecida. Haveria, de fato, um desdém do tirano por toda a noção de racionalização do poder trazida pela ideia de legalidade presente na *Teoria Pura do Direito*, que seria um valor a ser seguido tacitamente.

Não bastasse isso, somente uma teoria que afirmasse reiteradamente que todo e qualquer conteúdo poderia ser Direito (lembramos, pois, do caráter dinâmico da Norma Fundamental) e, além disso, buscasse se libertar de todas as justificações que pudessem acompanhar o Poder, permitiria que o conteúdo do Direito fosse politicamente discutido. Dessa maneira, a *Teoria Pura do Direito* reflete reiterada e persistentemente que todas as visões de mundo e ideias de justiça devem possuir o mesmo direito a existir, desde que tais visões respeitem a liberdade de todos, isto é, sejam tolerantes, pois a tolerância é precisamente a condição de existência de um espaço de convivência de ideias diferentes e, muito mais do que isso, de homens diferentes. É a condição de existência de um espaço onde o diálogo e a discussão podem reinar de forma perene.

O fundamento de validade para a *Teoria Pura do Direito*, a controversa Norma Fundamental, então, não pode se identificar nem com um fundamento metafísico, semelhante a uma norma jusnaturalista, e muito menos se confundir com a identificação do conceito de validade com o de eficácia, visto que tal identificação também vai contra a noção de tolerância, já que elevar a noção de eficácia ao conceito de validade torna completamente desnecessária a justificação de um determinado ordenamento jurídico. O fundamento de validade na teoria kelseniana decorre, pois, da própria possibilidade de os mais diferentes homens habitarem um espaço comum; decorre, de fato, da própria intersubjetividade humana.

A legitimidade em Kelsen pode, então, ser aferida quando a liberdade de todos fosse respeitada. A legitimidade de um ordenamento jurídico na teoria kelseniana decorre da própria intersubjetividade humana, que se manifesta de maneira inconfundível e incontestável por meio do princípio da tolerância, que exige a todo momento que o homem compreenda a liberdade dos demais em todas as suas dimensões, seja ela política, religiosa ou qualquer outra. Apenas a partir da tolerância pode-se, portanto, compreender que a concepção de mundo que eu defenda não é objetivamente superior à concepção defendida por outrem. Dessa forma, a legitimidade aparece e se manifesta sempre que o homem, em toda a sua pluralidade e diversidade, é levado em consideração, é devidamente respeitado.

As noções de liberdade, igualdade e tolerância são, por fim, claramente compatíveis com as ideias arendtianas apresentadas ao longo desta Dissertação. Isso porque sem o respeito à liberdade dos demais e sem levar os outros em consideração, respeitando-os, não seria possível a criação do idioma e mundo comuns sobre os quais se baseou o fenômeno autoritário. Ademais, sem liberdade e sem igualdade não seria possível ao homem exercer o seu juízo de forma reflexiva e, conseqüentemente, não seria capaz de criar um novo idioma e mundo comuns.

Dessa maneira, a democracia idealizada por Kelsen permitiria o desenvolvimento do pensar e do julgar, pois seria uma forma de governo que afirmaria reiteradamente a liberdade e igualdade de todos os homens. E, por outro lado, sem o constante exercício das atividades pensante e judicante, o diálogo e a discussão, que seriam elementos constitutivos da democracia kelseniana, jamais poderiam se desenvolver. Assim, os apontamentos sobre a faculdade de julgar possibilitam o vislumbre de como o diálogo e a discussão na democracia imaginada por Kelsen poderiam se desenvolver de forma plena e vigorosa.

Ao final do terceiro capítulo desta Dissertação, vimos que Arendt poderia ser vista como uma autora que entendeu que o homem, ao observar e julgar, não deveria, em hipótese alguma, se dobrar diante das demandas ideológicas de determinados grupos sociais. Ao observar e julgar, o homem deveria, então, sempre reafirmar a sua autonomia e sua capacidade para pensar autonomamente. E, de forma similar, Kelsen buscou incessantemente reafirmar a autonomia humana e sua capacidade para viver em um mundo sem se socorrer de falácias metafísicas, ressaltando, desse modo, sua importância e o seu protagonismo nesse mundo.

Se voltarmos nossos olhos para as biografias de Hannah Arendt e Hans Kelsen, poderemos perceber, de maneira clara, uma semelhança na vida de ambos e que acabou refletindo em suas obras. Tanto Kelsen quanto Arendt viram-se reiteradamente tolhidos em sua liberdade, tendo sido alvos da intolerância de governos com tendências altamente antidemocráticas, obrigando-os a perambular por esse mundo até encontrarem algum sossego e paz nos Estados Unidos da América, onde então puderam desenvolver suas atividades acadêmicas de forma mais livre.

Neste sentido, diante das experiências de intolerância sofridas e diante dos problemas advindos delas, fica muito clara a tendência dos dois autores, ao abordarem o tema da legitimidade, de caminharem em direção à exaltação da liberdade e igualdade de todos, de caminharem em direção à necessidade de reconhecimento mútuo entre todos os homens, e de abominarem, por fim, as facetas egoístas, individualistas e violentas dos homens.

Com efeito, tanto Arendt quanto Kelsen, ao pensarem sobre a posição do homem nesse mundo, buscaram constantemente resgatar a sua importância, ressaltando a condição da pluralidade humana, para a constituição de um espaço onde cada um fosse capaz viver segundo a sua verdade, e que cada um, de acordo com a sua verdade, pudesse contribuir para a criação de um mundo comum a todos.

Após todo o nosso percurso, podemos perceber que a contribuição do conceito de autoridade e da faculdade de julgar para o tema da legitimidade no Direito vai precisamente no sentido de se criar um espaço onde os homens possam se sentir como parte integrante dele. O arcabouço teórico provido por Hannah Arendt, neste diapasão, ajuda-nos, significativamente, a vislumbrar em Kelsen, um autor que foi reiteradamente atacado pela aparente aridez de sua *Teoria Pura do Direito*, um autor que também viu nos próprios homens a força para triunfarem nesse mundo.

Chegamos ao fim?

O Direito não pode servir apenas para regular a conduta de seus destinatários, não pode servir apenas para distribuir direitos e deveres entre os partícipes de uma comunidade e não pode muito menos se prestar a que determinados homens dominem e sujeitem os demais. O Direito deve ser um canal por meio do qual os homens, em todas as suas diferenças e também em todas as suas semelhanças, possam desenvolver-se integral e pacificamente, de forma autêntica. É de fundamental importância, conseqüentemente, que o Direito abra constantemente espaço para que as mais diversas concepções mundo, para que as mais variadas interpretações acerca do que seja propriamente o Direito possam se manifestar e lutar pela sua existência.

O Direito, destarte, deve abrir as suas eclusas e deixar que os seus múltiplos significados transbordem e influenciem os rumos a serem tomados por um determinado organismo político, deve permitir que os seus destinatários participem na sua constante criação. Só assim é possível fazer com que todos os destinatários de um determinado corpo jurídico-político tornem-se mais do que sujeitos de direito e se transformem em parte integrante deste corpo, livres e iguais, com uma história que se mistura com a própria história de uma determinada comunidade de homens.

Ao final de *Origens do Totalitarismo*, Arendt nos diz que em um governo dito constitucional, as leis destinar-se-iam a levantar fronteiras e a estabelecer canais de comunicação entre os seres humanos, cuja comunidade seria, a todo momento, posta em perigo pelos novos seres humanos que nela nascessem. A cada nascimento surgiria para o mundo um novo começo, um novo mundo em potencial passaria a existir. Com isso, a estabilidade das leis corresponderia ao permanente movimento de todas as coisas humanas, um movimento que jamais poderia ser interrompido enquanto os homens nascessem e morressem. Com efeito, as leis circunscreveriam cada novo início e, simultaneamente, assegurariam a liberdade de locomoção, a potencialidade de algo inteiramente novo e imprevisível. Os limites impostos pelas leis positivas seriam, para a existência política humana, o que a memória seria para a sua existência histórica: garantiriam a preexistência de um mundo comum, a realidade de certa continuidade que transcendesse a duração singular de cada geração, absorvendo todas as novas origens e dela se alimentando.³⁷⁰

³⁷⁰ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 517.

A legitimidade do Direito, a legitimidade de um determinado corpo jurídico-político, resume-se, assim, em um constante e perene esforço, em uma verdadeira luta, para garantir a liberdade e igualdade de todos os homens, possibilitando que estes possam desenvolver-se enquanto seres humanos, compreendendo-se enquanto tais e, com isso, reconhecendo o espaço em que vivem como sua própria casa.

Ao final deste epílogo, gostaria de voltar à epígrafe escolhida para este capítulo, vez que ela diz muito a respeito de como um jovem que ingressa na vida acadêmica pensa e representa também muito do que é a relação entre orientando e orientador ao longo do árduo processo de orientação. No trecho do *Fausto* por nós selecionado é possível perceber a soberba com que o bacharel se enxerga, atribuindo a si mesmo os louros das invenções e descobertas do mundo. Diante disso, o velho Mefistófeles dele zomba e aponta para o fato de que tudo o que um dia pensamos já foi outrora pensado pelo mundo antigo e que o próprio tempo mostraria aos jovens da plateia que o Mefistófeles estaria certo.

De maneira muito semelhante, às vezes nos debruçamos sobre um determinado assunto e, passado um certo tempo, achamos que reinventamos a roda e que encontramos a luz que fará o homem triunfar neste mundo. E, no entanto, muito do que pensamos, e os orientadores nos fazem esse alerta constantemente, não é nada mais do que uma reformulação de algo que os antigos anteriormente pensaram, a apresentação de ideias antigas em roupas novas e rebuscadas. Todavia, embora aquilo que pensamos possa já ter sido pensado por outros, isso não significa que tenhamos que abdicar de pensar, pois isso viria muito a calhar para o diabo. Significa apenas que temos que nos esforçar ao máximo para não nos iludirmos com os nossos diversos devaneios e elucubrações e, quem sabe, após tanto esforço, contribuir, ainda que minimamente, para que o homem encontre esperanças para sobreviver e triunfar neste mundo.

Consciente de que muito do que foi falado aqui já foi pensado por outros e de que não reinventamos a roda, nosso esforço foi primordialmente no sentido de não nos resignarmos com o que já foi dito acerca do problema da legitimidade e, quem sabe, tentar abrir uma nova vereda para o tema que aqui foi tratado. E embora as palavras do velho Mefistófeles possam conter algo de verdade, não podemos aceitar jamais como verdades absolutas aquilo que foi dito pelo próprio diabo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, João Maurício. **O Problema da Legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ANTAKI, Mark. The Critical Modernism of Hannah Arendt. In: **Theoretical Inquiries in Law**, vol. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/til/article/view/617>.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Miguel Serras Pereira. 1ª Edição. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARENDT, Hannah. Compreensão e Política. In: KOHN, Jerome (Org.). **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. Religião e Política. In: KOHN, Jerome (Org.). **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. A Crise na Cultura: sua importância social e política. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. Que é Autoridade? In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. Imagination. In: BEINER, Ronald (Ed.). **Lectures on Kant's Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

ARENDT, Hannah. Lectures on Kant's Political Philosophy. In: BEINER, Ronald (Ed.). **Lectures on Kant's Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ARENDT, Hannah. The Great Tradition II. Ruling and Being Ruled. In: **Social Research**, Vol. 74, No. 4, Hannah Arendt's Centenary: Political and Philosophical Perspectives, Part II (WINTER 2007), Published by: New School, pp. 941-954. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40972035>.

BANDEIRA LINS, Carlos Otávio. **Legislador Racional e Autorictas**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

BEINER, Ronald. Hannah Arendt on Judging. In: BEINER, Ronald (Ed.). **Lectures on Kant's Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

BEINER, Ronald. Rereading Hannah's Arendt Kant lectures. In: **Philosophy and Social Criticism**. Vol. 23, no. 1.

BENHABIB, Seyla. Judgment and the Moral Foundations of Politics in Arendt's Thought. In: **Political Theory**, Vol. 16, No. 1 (Feb., 1988), Sage Publications. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/191646>.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNSTEIN, Richard J. Judging – the Actor and the Spectator. In: BERNSTEIN, Richard J. **Philosophical Profiles: Essays in a Pragmatic Mode**. Polity Press, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Poder**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BUCKLER, Steve. **Hannah Arendt and Political Theory: Challenging the Tradition**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARRINO, Agostino. Reflections on Legal Science, Law, and Power. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHESKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

CORREAS, Óscar. El otro Kelsen. In: CORREAS, Óscar (Org.). **El otro Kelsen**. México: UNAM, 1989.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. **The Ancient City: A Study on the Religion, Law and Institutions of Greece and Rome**. Ontario: Batoche Books, 2001.

COVER, Robert M., "The Supreme Court, 1982 Term -- Foreword: Nomos and Narrative" (1983). **Faculty Scholarship Series**. Paper 2705. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2705.

COVER, Robert M., "Violence and the Word" (1986). **Faculty Scholarship Series**. Paper 2708. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2708.

DECAROLI, Steven. A Capacity for Agreement: Hannah Arendt and the "Critique of Judgment". In: **Social Theory and Practice**, Vol. 33, No. 3 (July 2007), Florida State University Department of Philosophy. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23558481>.

D'ENTRÈVES, Maurizio Passerin. Arendt's Theory of Judgment. In: VILLA, Dana (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DIAS, Gabriel Nogueira. **Positivismo jurídico e a teoria geral do direito na obra de Hans Kelsen**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FAULKNER, William. **O Som e a Fúria**. 2ª Ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito: Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **O direito, entre futuro e passado**. São Paulo: Noeses, 2014.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Teoria da Norma Jurídica: ensaio da pragmática da comunicação normativa**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2016.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma Tragédia – primeira parte**. Tradução Jenny Klabin Segall (bilíngue). 4ª Ed., São Paulo, Editora 34, 2010.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma Tragédia – segunda parte**. Tradução Jenny Klabin Segall (bilíngue). 4ª Ed., São Paulo, Editora 34, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Phänomenologie des Geistes**. Berlin: Akademie-Verlag, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Hannah Arendt's Communications Concept of Power. In: **Social Research**, Spring, 1977.

HAMMER, Stefan. A Neo-Kantian Theory of Knowledge in Kelsen? In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHIEWSKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HELPER, Inácio; STEIN, Leandro Konzen. Kelsen e o trilema de Münchhausen. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, pp. 47-72, set. 2010. ISSN 2177-7055. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n58p47>. Acesso em: 10 fev. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2009v30n58p47>.

JESTAEDT, Matthias. Das Postulat einer streng wissenschaftlichen Erkenntnis des Rechts. In: ALIPRANTIS, Nikitas und OLECHOWSKI, Thomas (Hrsg). **Hans Kelsen: Die Aktualität eines großen Rechtswissenschafters und Soziologen des 20. Jahrhunderts**. Wien: Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 2014.

KAFKA, Franz. **Briefe 1902-1924**. Disponível em: <https://www.odaha.com/sites/default/files/Breife1902-1924.pdf>

KANT, Immanuel. **Critique of the Power of Judgment**. Tradução: Paul Guyer & Eric Matthews. New York: Cambridge University Press, 2000.

KATEB, George. The Judgment of Arendt. In: **Revue Internationale de Philosophie**, Vol. 53, No. 208 (2), HANNAH ARENDT (JUN 1999), *Revue Internationale de Philosophie*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23955548>.

KELSEN, Hans. ‘Foreword’ to the second printing of Main Problems in the Theory of Public Law. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHESKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

KELSEN, Hans. Zur soziologie des Rechtes: Kritische Betrachtungen (1912). In: JESTAEDT, Matthias (Hrsg.). **Hans Kelsen Werke (Band 3)**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.

KELSEN, Hans. **Society and Nature: a Sociological Inquiry**. Chicago: The University of Chicago Press, 1943.

KELSEN, Hans. **General Theory of Law and State**. Tradução: Anders Wedberg. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

KELSEN, Hans. “Foundations of Democracy.” **Ethics**, vol. 66, no. 1, 1955, www.jstor.org/stable/2378551

KELSEN, Hans. **Reine Rechtslehre**. Zweite Auflage. Wien: Franz Deuticke, 1960.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral das Normas**. Tradução: José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

KELSEN, Hans. God and the State. In: KELSEN, Hans. **Essays in Legal and Moral Philosophy**. Tradução: Peter Heath. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1973.

KELSEN, Hans. State-Form and World-Outlook. In: KELSEN, Hans. **Essays in Legal and Moral Philosophy**. Tradução: Peter Heath. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1973.

KELSEN, Hans. El alma y el derecho. In: CORREAS, Óscar (Org.). **El otro Kelsen**. México: UNAM, 1989.

KELSEN, Hans. O que é Justiça?. In: KELSEN, Hans. **O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. Tradução: Luis Carlos Borges. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELSEN, Hans. Direito, Estado e justiça na Teoria Pura do Direito. In: KELSEN, Hans. **O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. Tradução: Luis Carlos Borges. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELSEN, Hans. Causalidade e retribuição. In: KELSEN, Hans. **O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. Tradução: Luis Carlos Borges. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELSEN, Hans. Reflexiones em torno de la Teoría de las Ficciones Jurídicas. In: MENDOÇA, Daniel e SCHMILL, Ulises (Comp.). **Ficciones Jurídicas: Kelsen, Fuller, Ross**. 1ª Edição. México, D.F.: Fontamara, 2003.

KELSEN, Hans. **O Problema da Justiça**. Tradução: João Baptista Machado. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KELSEN, Hans. **The Essence and Value of Democracy**. Tradução: Brian Graf. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à Leitura de Hegel**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

KOJÈVE, Alexandre. **The Notion of Authority**. Tradução: Hager Weslati. Londres: Verso, 2014.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 2ª Ed., revisada e ampliada, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LOSANO, Mário G. **Sistema e estrutura no direito (2º Vol.)**. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOSANO, Mario G. Der Wert von Gerechtigkeit in den Werken von Kelsen. In: ALIPRANTIS, Nikitas und OLECHOWSKI, Thomas (Hrsg). **Hans Kelsen: Die Aktualität**

eines großen Rechtswissenschafters und Soziologen des 20. Jahrhunderts. Wien: Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Tradução: Sérgio Barth. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MARSHALL, David L. The Origin and Character of Hannah Arendt's Theory of Judgment. In: **Political Theory**, vol. 38, no. 3, 2010, Sage Publications. *JSTOR*, JSTOR, www.jstor.org/stable/25704821.

MOMMSEN, Theodor. **The History of Rome (1º Vol.)**. New York: Cambridge University Press, 2009.

NINO, Carlos Santiago. Some confusions surrounding Kelsen's Concept of validity. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHESKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

PAREKH, Bhikhu. **Hannah Arendt and the Search for a New Political Philosophy**. London: The Macmillan Press LTD, 1981.

PAREKH, Serena. **Hannah Arendt and the Challenge of Modernity: A Phenomenology of Human Rights**. New York: Routledge, 2008.

PAULSON, Stanley. Introduction. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHESKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

PAULSON, Stanley L. Hans Kelsen's Earliest Legal Theory: Critical Constructivism. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHESKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: Platão. **Diálogos III (socráticos)**. Trad. Edson Bini. 1ª Ed. Bauru: EDIPRO, 2008.

PLATÃO. Críton. In: Platão. **Diálogos III (socráticos)**. Trad. Edson Bini. 1ª Ed. Bauru: EDIPRO, 2008.

SEARLE, JOHN R. Fact and Value, 'Is' and 'Ought,' and Reasons for Action. Chapter. In: **Philosophy in a New Century: Selected Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SEARLE, JOHN R. How to derive "Ought" from "Is". **The Philosophical Review**, Vol. 73, No. 1 (Jan., 1964), p. 55. <http://www.jstor.org/stable/2183201>.

RAZ, Joseph. Kelsen's Theory of the Basic Norm. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHIEWSKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 71ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Edição Comemorativa dos 50 anos da obra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, João Guimarães. "O Espelho". In: ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

ROSS, Alf. Validity and the Conflict between Legal Positivism and Natural Law. In: PAULSON, Stanley L. and LITSCHIEWSKI, Bonnie (Eds.). **Normativity and Norms: Critical Perspectives on Kelsenian Themes**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

SCHMITT, Carl. **Constitutional Theory**. Tradução: Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2008.

SCHULZ, Fritz. **Principles of Roman Law**. Oxford: Oxford University Press, 1936.

SCHWARTZ, Jonathan Peter. **Hannah Arendt's Theory of Political Judgment**. Tese de doutorado apresentada à Duke University. Durham, 2014.

SOLON, Ari Marcelo. **Teoria da Soberania como Problema da Norma Jurídica e da Decisão**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

SOLON, Ari Marcelo. **Dever Jurídico e Teoria Realista do Direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

SOLON, Ari Marcelo. Amor de Pai. In: SOLON, Ari Marcelo. **Direito e Tradição: o legado grego, romano e bíblico**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SOLON, Ari Marcelo. **Os Caminhos da Filosofia e da Ciência do Direito: Conexão Alemã no Devir da Justiça**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

STEINBERGER, PETER J. Hannah Arendt on Judgment. In: **American Journal of Political Science**, Midwest Political Science Association, Vol. 34, No. 3 (Aug., 1990). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2111399>.

TRAWNY, Peter. “Verstehen Und Urteilen. Hannah Arendts Interpretation der Kantischen ‘Urteilstkraft’ Als Politisch-Ethische Hermeneutik.” **Zeitschrift Für Philosophische Forschung**, vol. 60, no. 2, 2006, pp. 269-289. *JSTOR*, JSTOR, www.jstor.org/stable/20484620.

VILLA, Dana. **Arendt and Heidegger: The Fate of the Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Da ilusão à fórmula de contingência: a justiça em Hans Kelsen e Niklas Luhmann. In: Maria Constança Peres Pissarra e Ricardo Nascimento Fabbrini. (Org.). **Direito e filosofia: a noção de justiça na história da filosofia**. 1 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007, v. 1.

WALDRON, Jeremy. Arendt’s Constitutional Politics. In: VILLA, Dana (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.